



3ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública
04 e 05 de fevereiro de 2010
Local: Salão Negro – Palácio da Justiça – Brasília, DF

04 de fevereiro de 2010 - Manhã

Objetivos da Reunião:

1. Reforçar papel do CONASP
2. Debater Proposta de Roteiro de Elaboração do Regimento Interno
3. Apresentar audiências e consultas públicas realizadas e programadas
4. Realizar lançamento do Relatório Final e da Revista da 1ª CONSEG
5. Realizar reuniões dos Grupos Temáticos

Encaminhamentos:

1. Para a Secretaria Executiva

- a. Enviar Ofício para Secretários Estaduais de Segurança Pública informando a composição do CONASP (nomes dos conselheiros, entidade e estados de origem) com a finalidade de estimular o processo de audiências públicas e consultas livres
- b. Enviar Ofício à SAL solicitando estudo sobre a situação atual das Ouvidorias de Polícia que contemple sugestões de medidas legislativas para governança, autonomia e previsão de recursos para seu funcionamento.
- c. Encaminhar Moção internamente no MJ sobre Ouvidorias de Polícia.
- d. Regina fará uma ligação para Sandra (Espaço CONSEG – BH).

2. Para os Conselheiros

- a. Relatarias de propostas priorizadas na 1ª CONSEG
 - i. Guardas Municipais – Gilson Menezes
 - ii. Defensoria Pública – Marcílio
- b. Comissão para elaborar texto para subsidiar debate sobre o papel dos municípios (para a próxima reunião) – Benedito Mariano, João Sana, Gilson Menezes, Cel. Mello, Tião
- c. Leitura e comentários sobre a estrutura do Regimento Interno (por e-mail). Para ser aprovado na próxima reunião.
- d. Comissão para re-elaborar os termos da Moção de apoio às Ouvidorias.

3. Para a próxima reunião

- Data: 22 e 23/4 – 4ª reunião ordinária do CONASP
 - Outras agendas:
 - 15 a 18/3 – 4º Encontro Anual do FBSP
 - 12 a 19/4 – conjunto ao 12º Congresso da ONU em Salvador
- a. Local em hotel e climatizados, com salas disponíveis para os Grupos Temáticos (GTs) se reunirem
 - b. Deixar o momento de informes para o final da reunião
 - c. Controlar melhor o tempo das intervenções
 - d. Foco nos assuntos contemplados na Pauta

ABERTURA DOS TRABALHOS

Às: 09:45, **Conselheiro Ricardo Balestreri**, Vice-Presidente do CONASP, abre os trabalhos saudando a todos e apresentando a pauta. Solicita que, quaisquer alterações sejam encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva. A mesa diretiva da reunião está composta pelo Secretário Nacional de justiça, Romeu Tuma, Secretaria Executiva do CONASP, Regina Miki, e pelo Cel Edson Costa Araújo. O **Conselheiro Ricardo Balestreri** apresenta a ata para aprovação, questiona a plenária quanto a possíveis alterações a serem inseridas no texto, informando que, qualquer alteração na ata seja encaminhada por escrito à secretaria. **Conselheira Rosimeire Cecília da Costa** afirma ter uma alteração a fazer. **Conselheiro Ricardo Balestreri** faz o lançamento oficial da revista “Conferência abre nova era para segurança pública”, contendo o relatório final da CONSEG. Informando aos conselheiros sobre seu conteúdo. Informa sobre os motivos da ausência do Ministro Tarso Genro à reunião. Fala sobre a possível indicação do Dr. Luiz Paulo como o novo ministro. Assim, declara lançada a revista em nome do ministro e do Secretário executivo. Lança também o Guia Orientador das consultas públicas. Verifica se há alguma alteração de pauta. **Conselheiro Benedito Mariano**, solicita que o tema da municipalização seja retirado da tarde da sexta e seja inserido na manhã de sexta. Pois, assim todos poderiam participar dos debates. Assim, sugere que o tema do papel dos municípios da segurança não ficasse na tarde, mas fosse a primeira pauta da sexta feira. Pois o tema é mais geral e requer debates. Se ficar para o final da tarde haverá grande prejuízo ao debate. Ressalta que ele por exemplo, às três horas, terá que se retirar. Deixar o principal tema do debate de reflexão para a parte final dos nossos dois encontros. Sugere que o tema município vá para a sexta feira de manhã ou que se debata hoje à tarde e faça uma inversão da pauta mais técnica, interna nossa de regimento para dar o tempo adequado para fazer o debate geral, político e reflexivo nosso conselho. **Conselheiro Manoel Messias** considerou importante a fala do Benedito Mariano, mas entende que a mudança foge da missão finalística do conselho. Sugerindo a manutenção da pauta original, ficando o tema para o final da sexta-feira. O **Conselheiro Ricardo Balestreri** propôs a conciliação e que os debates sejam iniciados nesta sexta e que continuem na próxima reunião. **Conselheiro Benedito Mariano** reafirmou sua posição e solicitou que seja dado o tempo necessário para o debate, pois os grandes temas

como o inquérito e ciclo completo também merecem oportunidade de debate. **Conselheiro Sana** entende que a mudança deve ocorrer, pois a manutenção da pauta prejudicará o debate pois, Benedito fará muita falta ao debate, e todos tem que se comprometer a comparecer ao debate. **Regina Miki**, Secretaria Executiva, pede a palavra e afirma que seria uma das ultimas pessoas a afirmar que a municipalização da segurança não é um tema importante. Entretanto, há um curto espaço de tempo para o trabalho de grupo para a construção do processo eleitoral. Dado ao prazo exíguo deve-se priorizar a eleição neste momento. **Conselheiro Tião**, não há diferença entre questões técnicas e questões políticas, propõem que de 09:00h às 11:00h se discuta o regimento interno e a partir das 11:00h até as 13:00h, seja realizada a discussão do tema municípios. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, entende que a proposta é boa. Abre para manifestações. Como não houve manifestação em contrário, foi decidido pela mudança da pauta. **Conselheiro Ricardo Balestreri** abre palavra o Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Junior, para a apresentação sobre o congresso da ONU. Secretário **Romeu Tuma** cumprimenta todos, saudando a todos na pessoa do Secretário Ricardo Balestreri, e da Secretaria Executiva no CONASP Regina Miki. Afirma que vai procurar ser breve na apresentação. Eu sou muito acostumado com power point. O objetivo é apresentar para os senhores dois eventos importantes que nós vamos ter, que o Brasil vai sediar e o Ministério da Justiça está à frente. O primeiro será oitava reunião da RENJA. É uma reunião de Ministros de Justiça outros ministros ou Procuradores Gerais das Américas. Temos alguns países em que o papel do Ministério da Justiça é desempenhado por Procuradores Gerais e em alguns outros países o Ministério da Justiça está vinculado ao Ministério Interior ou mesmo como é o caso do Uruguai por exemplo é o Ministério da Educação, Justiça e Cidadania que é o responsável pelas ações correlatas. Essa reunião vai acontecer entre os dias 24 e 26 de fevereiro próximo, é, ela se divide em 2 etapas, uma etapa é a seção técnica e a outra etapa é o diálogo de delegação. A REJA como o próprio slide pode demonstrar é o fórum para definir e adotar medidas concretas e práticas por meio das recomendações para fortalecer a efetividade e eficiência e agilidade na ação conjunta de estados membros a fim de prevenir, perseguir e combater a criminalidade das Américas. Ela serve de fonte para o intercambio de informação perenes de cooperação internacional. Funções da RENJA: Formular as recomendações aos estados e membros da OEA com os objetivos de que a política publica e as ações de cooperações entre os países nas aéreas de competências das autoridades que participam dessa

reunião sejam cada vez mais eficazes, eficientes e também acompanhar a implementação e implantação de recomendações para esses objetivos e quando necessário designar mandatos específicos a grupos de trabalhos, reuniões técnicas, os quais deveram ser informados sobre os resultados alcançados e seu desenvolvimento entre uma ou outra reunião da RENJA. Informa que as informações fornecidas pela Secretária executiva do CONASP sobre o caso de Luziânia, relativamente aquele desaparecimento dos menores, são muito importantes, inclusive a secretaria nacional de justiça, por conta do enfrentamento ao trafico de pessoas, sendo uma atribuição da nossa secretaria, está dando um suporte para as autoridades locais, no sentido de se identificar o que efetivamente aconteceu. Eles já têm uma pista que está sendo seguida e acho que brevemente a gente deve ter uma solução para esse caso. Bom os temas substantivos da RENJA 8 essa RENJA que vai ser realizada aqui. Auxilio jurídico mutuo matéria penal e extradição, que vai ter uma apresentação do relatório das atividades do grupo específico de auxilio mutuo, matéria penal e extradição, e sobre os resultados obtidos de sua quarta reunião, realizada em São Salvador, El Salvador, entre 31 de março e 2 de abril do ano passado. Outro tema importante é o crime cibernético onde vai haver para os ministros apresentação dos relatórios de suas atividades também do GT sobre esse tipo de delito e sobre os resultados obtidos é, na sexta reunião realizada agora em janeiro na sede da OEA entre os dias 21 e 22, inclusive, o conselho esteve presente representado pela Dra Regina Miki que pôde participar já efetivamente dos trabalhos preparatórios e também desses grupos técnicos específicos de delitos cibernéticos. Outro tema de relevância é o tema das políticas penitenciarias de carceragem que também vai haver uma apresentação do relatório sobre os resultados na segunda reunião do grupo de trabalho sobre as políticas penitenciarias de carceragem, grupo esse, que teve reunião realizada em Valdivia no Chile, entre 26 e 28 de agosto de 2008. Além da questão da investigação ciências Forenses, com apresentação de relatórios sobre o resultado da 1ª. reunião do grupo de trabalho sobre ciências políticas realizada também Washington sede da OEA entre 24 e 25 de setembro do ano passado. Mas enfim nos vamos ter também a apresentação do relatório do centro de estudo da justiça das Américas o SEJA, o debate, apresentação de relatório sobre a criminalidade organizada transnacional, é, uma reunião importante que teve na sede da OEA também no dia 7 de outubro do ano passado. Além das atividades específicas executadas, como desdobramentos do plano de ação hemisférica contra a criminalidade organizada transnacional. Outro tema também de relevância

que vai ser tratado é o tráfico de pessoas onde vai haver uma apresentação do relatório dos resultados da 2ª reunião de autoridades nacionais em matéria de tráficos de pessoas organizadas pelo governo da Argentina e do Uruguai, e que foi realizada em Buenos Aires, nos dias 25 a 27 de março do ano passado. E por fim a cooperação na área de direito da família e da criança com apresentação de relatório e nos progressos da cooperação jurídica hemisférica de direito da família e da criança, com a realização da 1ª reunião piloto da rede de cooperação jurídica e matéria de direito da família e da infância celebrada em Washington entre 3 e 4 de novembro do ano passado também. O documento final, da RENJA, é intitulado conclusões e recomendações do caso da RENJA 8, que vai ser, as quais são transmitidas ao quadragésimo período ordinário de sessões, da Assembléia Geral da OEA. Os acordos são, a que cheguem os representantes, os ministros da RENJA, os grupos de trabalhos e as reuniões técnicas, serão denominadas recomendações, e terão esse caráter como regra geral. As recomendações e demais documentos que sejam considerados nas reuniões serão aprovados por consenso. O Brasil está trabalhando dois temas desde toda essa agenda, além da participação efetiva nessa discussão, estamos preparando propostas, propostas sobre dois temas específicos, que seria a replicação da autoridade central e a criação do fundo de recuperação de ativos. A replicação da autoridade central seria uma recomendação aos estados membros para que adote medidas necessárias à criação e à institucionalização de autoridade central ou única para fins de cooperação jurídica internacional e matéria de crime penal inclusiva para recuperação de ativos ilícitos, proporcionando os recursos Humanos materiais e financeiros incluindo treinamento necessários para execução de suas funções de forma efetiva e eficiente e dirigentes e a facilitar canais diretos e permanentes de comunicação com outras autoridades centrais . O que é isso resumidamente: É procurar fazer com que os países se repliquem, é, internamente o modelo que nós temos no ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Justiça, que é o DRCI, Departamento de Cooperções Jurídicas Internacional e Recuperação de Ativos, que tem agilizado muito esse contato entre autoridades nacionais e estrangeiras, fazendo a tramitação e o trânsito de documentos de uma forma ágil e rápida. Até por que, todos nos sabemos, senhores como especialistas que somos, que o crime não tem fronteira e o simples telefonema, uma simples utilização de um teclado de computador pode fazer com que o crime avance, ou supere a ação do estado, assim é, com muita agilidade, então esse trabalho de cooperação jurídica direta, ágil, seria muito importante, nos temos tido grandes resultados, então nos vamos

sugerir como já foi sugerido pelo próprio Dr. Luiz Paulo no âmbito do Mercosul para que os países membros da OEA possam, os 33 países membros da OEA possam replicar esse modelo interno de autoridades centrais. E a questão de fundo de recebimento de ativos, é uma proposta também bastante arrojada interessante no sentido que nós entendemos e sempre temos dito que não se combate mais a criminalidade quer seja urbana, quer seja criminalidade rural, sem cortar o fluxo financeiro delas. A criminalidade organizada hoje, a criminalidade como um todo, ela tem uma formação empresarial. Ela visa sempre o lucro. E a gente já percebeu que só prender e processar não adianta, ela nos estanca, a criminalidade ou pelo menos aquilo que a motiva. Nos temos focado muito, apanhado muito na questão do enfrentamento, na gestão financeira das organizações e dos seus membros. Hoje a gente sabe que prender o indivíduo no outro dia já tem várias pessoas no lugar é como papel de uma empresa às vezes você manda embora o gerente a empresa funciona melhor. Então nós temos que efetivamente cortar a possibilidade que as organizações financiem suas ações ou financiem seus membros. Nesse sentido que o Brasil tem dado uma contribuição bastante grande para o mundo, temos tido grandes avanços, temos criado essa consciência, que é também um dos pilares do PRONASCI que cuida desde das questões sociais, programas sociais, progressão qualificada dessa parte de progressão qualificada que é uma ação de inteligência busca estancar as ações financeiras das quadrilhas para que a gente possa efetivamente ter um resultado positivo. Então como nós sabemos pela nossa atuação, pela nossa vivência e frente à secretaria que muitos dos ativos que são encaminhados para o exterior, a sua grande maioria são provenientes de crimes, muitos mais vinculados com a corrupção que é o crime que no meu entendimento lesa a comunidade como um todo, faz o número de vítimas incalculável, e geralmente esse dinheiro desviado, através da corrupção são recursos que certamente iriam para programas sociais pra melhoria das condições de vida das pessoas. Então nós estamos propondo a criação do fundo no âmbito da OEA onde todo recurso repatriado, bloqueado e recuperado pelos países provenientes de crimes especialmente provenientes da corrupção, uma porcentagem possa ser direcionada para esse fundo, aí é um debate que vai haver, um debate que a gente vai propor esse debate para ver qual seria a finalidade desse fundo. Mas a nossa diretriz, o nosso principal foco, é que esse fundo pudesse financiar os estados, na construção de organismos internos que pudessem enfrentar a criminalidade nessa forma de cortar o fluxo financeiro e também o fundo que poderia em algum momento se utilizar algum momento a

catástrofe, questões humanitárias como ocorreu agora no Haiti, até por que a população mais pobre que sofre esse tipo de necessidade, e é justamente essa população que é a maior vítima desses recursos que são desviados muitas vezes encaminhado ao exterior. Então o Brasil vai propor essa criação do fundo para que possa se utilizá-lo para esse fim, praticamente com relação a RENJA é isso que a gente tinha apresentar os senhores contando com a participação do conselho que já tem sido efetivada com a colaboração do Dr. Ricardo e da Dra. Regina e eu rapidamente agora falaria sobre 12º congresso da ONU, que é um evento muito maior, de prevenção ao crime, justiça criminal, que também vai ser realizado no Brasil, entre os dias 12 e 19 de abril em Salvador. O Brasil apresentou sua candidatura, conseguiu depois de uma disputa com vários países, ser eleito para assediar esse evento. um evento que ocorre de 5 em 5 anos, e é um evento que dita todas as formas das políticas dessa área para os próximos 5 anos. Nós tivemos já tivemos 11 congressos anteriores, de alguns desses congressos nasceram normas importantes no âmbito da ONU, como as convenções de Palermo, a convenção de Mérida, a própria convenção de Genebra e os últimos congressos a parte substantiva, tem deixado um pouco a desejar. Então nós queremos fazer com que o Brasil tenha uma participação muito grande na parte substantiva, além da organização obvio, e que a gente possa contribuir para que tire algumas diretrizes que possa significar um marco, talvez até uma construção de uma nova convenção da ONU que iniciaria esses debates em Salvador. Eu queria já assim em ante mão dizer que seria muito relevante a participação do conselho nesse debate, fazendo parte da delegação brasileira, e eu gostaria Dr. Ricardo de abrir aqui nove vagas para que o conselho pudesse ser representado, e ai poderia ser dividida três para cada segmento como é o âmbito da formação do conselho e ai os senhores poderiam ai apresentar as propostas na mesa, Dr. Ricardo e Dra Regina que depois encaminhariam para nós, é, quem seriam os representantes do conselho, sem prejuízo de eventualmente a gente conseguir convidar mais alguém para participar, mas que tivesse efetivamente o papel de representar o conselho no congresso. O tema escolhido nesse congresso, são as estratégias amplas para desafios globais, sistema de prevenção ao crime de justiça criminal e seus desenvolvimentos e o mundo em transformação. Esse tema procurou englobar as diversas discussões que envolvem a questão da prevenção ao crime e da justiça criminal frente ao mundo em constante mudança, a escolha desse tema vai ao encontro do desafio que o estado e suas instituições enfrentando um contexto globalizado, onde o uso intenso das tecnologias de informação e comunicação se dá também por parte das

organizações criminosas. O crime já não acontece apenas dentro dos limites territoriais de cada país, ele transpõe fronteiras sendo muitas vezes cometidas fora do território afetado. Dessa forma a segurança pública torna-se cada vez mais um tema transnacional e a cooperação estreita entre as nossas opções tornam-se indispensáveis. O tema do congresso busca portanto contribuir para que as discussões sejam as mais abrangentes possíveis e possam de fato contribuir para o delineamento de políticas consistentes, inovadoras nessas áreas. O congresso da ONU cumpre essa função por ser o maior fórum de discussão sobre a temática em todo mundo. São legitimados pelos os membros das organizações unidas e através de suas declarações induzem políticas publicas nacionais e transacionais realizadas, relacionadas sobre o conteúdo. Sem duvida cada um desses congressos foi determinante para definição dos caminhos que a comunidade internacional seguiu no campo na prevenção ao crime e da justiça criminal. De acordo com o próprio regulamento das nações unidas, os congressos proporcionam 5 aspectos principais: a troca de visão entre os estados organismos intergovernamentais, as organizações não governamentais e os técnicos representativos de varias produções e disciplinas, a troca de experiência no desenvolvimento de pesquisa legislação e política publica, a identificação de tendência emergentes e questões relacionadas a prevenção ao crime e a justiça criminal, a provisão e aconselhamento e comentários a comissão para prevenção ao crime e justiça criminal em matérias especificas e a submissão de sugestões para apreciações das comissões sob possíveis matérias a serem inseridas no programa de ação. Importante é a gente consignar o que já foi definido com a agenda do congresso nós temos 8 temas e 5 workshops até para que o senhores possam ter depois ate verificar aonde o conselho teria maior interesse em contribuir, participar. Um dos temas a infância juventude e crime. Segundo tema, fornecimento de assistência técnica para facilitar a retificação ou implementação dos instrumentos internacionais relativos à prevenção e a supressão do terrorismo. Terceiro tema, tornar efetivas as diretrizes das nações unidas sobre prevenção ao crime. Nós sabemos que existem muitas, mas não estão sendo aplicadas, muitos paises ratificam mas não implantam, enfim. Quarto tema seria as respostas da justiça criminal ao trafico de imigrantes e de pessoas e vinculados com o crime organizado transnacional. O quinto tema cooperação internacional para combate a lavagem de dinheiro, com base nos instrumentos pertinentes das nações unidas e outros instrumentos. O sexto tema, aspectos recentes do uso da ciência e tecnologia por infratores e seu emprego por autoridades no combate ao crime inclusive cibernético. Sétimo

tema, fortalecimento da cooperação internacional para combate de problemas relacionados a criminalidade, abordagens praticas. Oitavo tema, respostas da área de prevenção ao crime e justiça criminal, a violência contra imigrantes, trabalhadores imigrantes e suas famílias. Além desses temas nós vamos ter 5 workshops, é de muita relevância. Um de educação e matéria de justiça criminal internacional, com vista ao premedito de direito. O segundo workshop, exame das melhores práticas das nações unidas e outras ferramentas, ao tratamento de prisioneiros no sistema de justiça criminal. O terceiro workshop seria abordagens para a prevenção a criminalidade urbana, onde nos vamos ter a participação muito efetiva, nos conseguimos fazer com que esse tema do workshop fosse discutido na plenária, o conselho como eu disse teve presente na reunião preparatória desse workshop que foi agora no Canadá, é, Dra Regina Miki esteve lá. E nós conseguimos, inclusive alterar uma agenda que estava pré-formatada, no sentido de se apontar boas práticas citando municípios. Então nós tínhamos lá, apenas rapidamente para dar um exemplo. Como um exemplo de ser debatido, um bom exemplo de São Paulo no combate a criminalidade urbana. Nós entendemos que, nós já superamos essa fase. Nós já tivemos o exemplo de Diadema e vários outros exemplos que contribuíram para a formatação do projeto nacional, no programa nacional que é o PRONASCI. Então o Brasil hoje não tem só exemplos, de alguns municípios, nos temos efetivamente uma política de estado nacional que pode ser replicada pelo mundo, e tem gerados resultados muitos positivos. Então nos fizemos questão de conciliar na agenda não mais, citar exemplos, de espaço de municípios, mas sim o programa nacional de segurança publica e cidadania e dentro dele apresentar a relevância de cada município, a participação de toda sociedade. Enfim, como um modelo a ser trabalhado. E também incluímos na agenda uma nova ferramenta que a ONU busca, ferramentas pra poder avaliar ate a prevenção e combate ao crime, nos teríamos apresentação do índice de vulnerabilidade juvenil, que foi uma ferramenta construída no ministério da Justiça, é, da maior relevância. Enfim, esse terceiro workshop, talvez no âmbito do conselho da SENASP, e do próprio Ministério da Justiça seria, seria de maior relevância para nós, que vamos tratar exatamente da abordagem de prevenção a criminalidade urbana. O quarto tema do workshop, é a reposta internacional coordenada às relações entre o tráfico de drogas e outras formas de crime organizado. E a quinta estratégia e melhores práticas contra a super lotação de estabelecimentos penitenciários. Bom, esses são os temas da pauta. Nos temos, esperamos a participação de 4, 5 mil pessoas, sendo aproximadamente 3 mil congressistas entre

acompanhantes e convidados enfim um número que não é um número fechado agente calcula ai que isso possa gerar de 3500 a 5000 participantes de todos os países de todas as nações. Os participantes estão vinculados aos estados membros das nações unidas, as agencias especializadas das nações unidas, associações associadas às nações unidas associações internacionais e não governamentais como OIP, IESPEC e instituto nacional e internacional que cuida dos crimes especialistas do tema e outras pessoas e organizações convidadas. O congresso tem por fim elaborar como documento final a declaração de Salvador onde constará uma síntese dos debates realizados no congresso e as recomendações dos estados membros do braço público de políticas de prevenção ao crime e justiça criminal nos próximos 5 anos, que é o resumo dessa agenda que vai proporcionar essas recomendações. O Brasil pretende ser um participante ativo no congresso como nós já dissemos, marcando sua posição e buscando apresentar suas boas práticas para a comunidade internacional. Eu acho que nós temos muito a contribuir, seria muito importante como eu disse, volto a salientar a presença do conselho formalmente no congresso, fazendo parte da delegação brasileira e agente com o tempo vai passar os relatórios às propostas as recomendações que já estão trabalhando num grupo grande e formado sobre a declaração de Salvador. Já temos contemplado nela muitos resultados das diretrizes tiradas da conferencia, o que e muito importante, a conferencia e também muito importante quando nos expusermos, lá a Regina expôs o trabalho da conferencia, que nem uma reunião que nos tivemos com o ministro do Canadá eles ficaram muitos surpreendidos pela forma como foi conduzida a conferencia, a graciosidade dela a participação efetiva na sociedade enfim, acho que o Brasil tem tudo para coroar nesse congresso e ditar essas regras para os próximos 5 anos de atuação dos países membros da ONU, um novo paradigma na área que combate a violência a criminalidade e nós contamos muito com vocês e com a contribuição de vocês. Era rapidamente, o que tinha a dizer, é verdade, que além desses temas principais que vão ser debatidos na plenária, nos temos os workshops conforme nos falamos e vamos ter uma agenda paralela com realizações de vários eventos e até se houver alguma proposta a Dra. Regina está mandando, a gente coordena ai essa pauta, tem uma pessoa vinculada à ONU que está realizando esse trabalho especialmente com a união das empresas não governamentais, se houver alguma proposta de pauta para que a gente faça um debate pontual com um tema de interesse até para ouvir as experiências e as contribuições não só nacionais mas também internacionais. A gente gostaria que vocês pudessem indicar sugestões ainda

há tempo para construir essa grade de eventos paralelos que vão acontecer também no congresso da ONU. Então eu gostaria de agradecer a oportunidade Dr. Ricardo e Dra. Regina muito obrigado aos senhores, dizer que nós estamos à disposição dessa instituição para somar e contamos definitivamente com a contribuição do conselho até por que o resultado desse congresso certamente vai servir de embasamento para que agente possa superar muitas dificuldades enfrentadas no avanço das propostas que o conselho produzir. Muito obrigado aos senhores e bom dia de trabalho.

Transcrição do texto apresentado pelo Secretário Romeu Tuma Junior:

“Oitava Reunião de Ministros da Justiça ou Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas – REMJA VIII

Apresentação: Romeu Tuma Júnior - Secretário Nacional de Justiça

24 a 26 de fevereiro de 2010

Objetivos da REMJA:

- **É o foro hemisférico para definir e adotar medidas concretas e práticas por meio das recomendações para fortalecer a efetividade, a eficiência e a agilidade na ação conjunta dos Estados a fim de prevenir, perseguir e combater a criminalidade nas Américas;**
- **Servir de foro hemisférico para o intercâmbio de informações e experiências em cooperação jurídica internacional.**

Funções da REMJA:

- **Formular recomendações aos Estados-Membros da OEA;**
- **Acompanhar a implementação de suas recomendações e designar mandatos específicos a grupos de trabalho ou reuniões técnicas.**

Temas substantivos da REMJA VIII:

- **Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e Extradicação;**
- **Delito Cibernético;**
- **Políticas Penitenciárias e Carcerárias;**

- **Ciências Forenses;**
- **Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA) ;**
- **Criminalidade Organizada Transnacional;**
- **Tráfico de Pessoas;**
- **Cooperação Jurídica Hemisférica em Direito de Família e da Infância.**

Conclusões e Recomendações da VIII REMJA
Propostas brasileiras para as Recomendações:
Propostas brasileiras para as Recomendações:

Juntamente com o encontro de Secretários de Justiça, ocorrerá o 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal em Salvador – BA, no período de 12 a 19 de abril de 2010

TEMA:

“Estratégias Amplas para Desafios Globais: Sistemas de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal e seus Desenvolvimentos em um Mundo em Transformação”.

O Regulamento das Nações Unidas preconiza que os Congressos sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal permitem:

- **(a) A troca de visões entre os Estados, os organismos intergovernamentais, as organizações não-governamentais e os técnicos representativos de várias profissões e disciplinas;**
- **(b) A troca de experiências no desenvolvimento de pesquisas, legislações e de políticas públicas;**
- **(c) A identificação de tendências emergentes e questões relacionadas à prevenção ao crime e à justiça criminal;**

- **(d) A provisão de aconselhamento e comentários à Comissão para a Prevenção ao Crime e Justiça Criminal em matérias específicas;**
- **(e) A submissão de sugestões, para a apreciação da Comissão, sobre possíveis matérias a serem inseridas no programa de ação.**

NÚMERO APROXIMADO DE PARTICIPANTES:

Congressistas: 3.000

Acompanhantes e Convidados: 1.000

TOTAL 4.000

NATUREZA DOS PARTICIPANTES:

- **Estados-Membros das Nações Unidas;**
- **Agências Especializadas das Nações Unidas;**
- **Organizações associadas às Nações Unidas;**
- **Organizações intergovernamentais e não-governamentais;**
- **Especialistas no tema;**
- **Outras pessoas ou organizações convidadas.**
- **Declaração de Salvador: resultado dos debates entre as delegações e documento orientador das políticas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal nos próximos 5 anos.**

Ao final de sua apresentação o Secretário Romeu Tuma agradece a atenção de todos e informa o endereços eletrônicos e os telefones para maiores informações sobre o evento:

Ministério da Justiça: www.mj.gov.br, Secretaria Nacional de Justiça snj@mj.gov.br. Telefones (61) 2025-3145 / 3394.

Secretário Romeu Tuma , informa que existiam vários países interessados em sediar o evento. E que o Brasil foi escolhido entre vários países que se candidataram formalmente. Reafirma de antemão que a participação do conselho no evento é muito importante, disponibilizando nove vagas para que os conselheiros integrem a delegação do governo federal que participará do Congresso. Ressalta que o tema escolhido, procurou englobar as diversas áreas sobre o assunto, que o crime transpõe fronteiras e a cooperação se torna necessário. Busca políticas consistentes e inovadoras, o congresso

cumpra essa função por ser uma dos maiores fóruns de discussão no mundo. De acordo com o próprio regulamento da ONU o congresso aborda: a identificação de tendências. É importante destacar que a ONU determinou que o congresso terá oito temas e cinco workshops. Sendo esperado um total de presentes 3.000, 3500 a 5000 participantes e 1000 congressistas. O Brasil tem tudo para coroar este congresso e dar aos países da ONU uma grande contribuição aos países da ONU sobre o tema. Se houver alguma proposta de pauta, Romeu Tuma solicita que seja encaminhada para tentar ajustar ao programa do congresso. No fim agradece a atenção. **Conselheiro Ricardo Balestreri** agradece ao Secretário Tuma, relatando que ele frisou muito bem a importância do evento, e agradece pelo trabalho de articulação internacional. Por fim agradece pela disponibilidade das vagas ao conselho. Sugere que entre hoje e amanhã os seguimentos escolham consensualmente seus representantes. Parabeniza o SNJ por ter trazido o evento ao Brasil, que é a primeira vez que o evento ocorre no país. **Conselheiro Tião**, parabeniza o Secretário Romeu Tuma Junior pela apresentação. E ressalta que duas coisas o preocupam, nas propostas do Brasil, no ano passado houve um balanço da ONU sobre drogas. Assim entende que o tema das drogas e o fluxo de armas sejam tema relevante para o congresso. O Brasil tem um dos estatutos mais avançados do mundo e o tema poderia ser inserido como sub tema. Com relação ao work shop, estes temas também poderiam estar presentes. Solicita a ampliação do número de conselheiros participantes do evento. Secretário **Romeu Tuma**, todas as pessoas podem se inscrever, as vagas disponibilizadas são para compor a delegação oficial do governo. Fora dessa delegação o pedido deve ser endereçado à ONU. Quanto aos temas eles são relevantes e já estão contemplados no congresso. Estes são temas permanentes, na reunião de ministros, e no congresso existem temas específicos. O Brasil neste Work Shop tem papel de destaque. Acha relevante a contribuição dos conselheiros e informa que os temas já estão contemplados. **Conselheiro Almir**, o congresso da ONU é um evento que atende ao interesse de todos, faz um pedido à presidência da mesa para que analise a possibilidade do conselho participar do congresso, juntamente com uma reunião do CONASP em Salvador. **Conselheiro Ricardo Balestreri** agradeceu a sugestão e afirmou que buscará os recursos necessários para a realização da reunião. Informa que buscará recurso também para que a próxima reunião seja realizada em um hotel com climatização. **Conselheiro Gonzaga**, cumprimenta a todos e cumprimenta o Secretário Romeu Tuma pela apresentação e ressalta que um dos assuntos tratados na CONSEG foi o financiamento da segurança

pública e questiona se o tema está contemplado no congresso, e caso não esteja, sugere sua inclusão como um dos temas para serem debatidos no congresso. **Conselheiro Marcos Costa**, cumprimenta a todos e parabeniza o palestrante. Questiona, quantas vagas estão disponíveis para inscrição, além das vagas da delegação de governo reservadas aos conselheiros. Pois, se houver vaga as próprias instituições poderiam indicar seus membros, se a participação for garantida a todos. Ressalta que o sistema de segurança pública e justiça criminal funciona com o MP e judiciário, mas estes órgãos não se consideram participantes de políticas públicas e questiona se houve contato com o CNJ, questiona como será a governança do congresso, como vota etc. Afirma que o congresso em âmbito internacional, representa o que a CONSEG representa em âmbito nacional. **Secretário Romeu Tuma**, os conselheiros comporão a delegação brasileira é importante que o conselho escolha temas principais e indique membros para estes temas, a diferença entre membro da delegação e participante, é que o membro da delegação pode fazer requerimentos e manifestações. Com relação á participação do MP, a cultura do Brasil é de que as pessoas não participam muito das coisas até ver o tamanho que elas tem. Já foram feitas várias reuniões no Itamarati, e o Judiciário e o MP tem participação efetiva no processo. O problema é que as pessoas não socializam o conhecimento. No processo de votação, vota o chefe da delegação. Sempre se busca o consenso. **Conselheiro Manoel Messias**, sua fala foi contemplada pela fala do Gonzaga, parabeniza o palestrante. **Conselheiro Cel Melo**, cumprimenta a todos, a notícia que o palestrante traz está informação encaixada nas discussões que o conselho tem feito. Lembra que em Salvador nessa época funciona como baixa temporada, e as passagens aéreas também ficam baratas. Em termos de representatividade é importante que o conselho não fique fora de um momento como este. Afirma que o Conselho Nacional de Comandantes Gerais, procura participar de todo evento em que está presente a palavra prevenção. Ressalta que é importante que todos os membros do conselho participem do congresso da ONU. Entende que deve haver a participação efetiva no congresso com todos os membros. Agradece ao Secretário Ricardo Balestrieri, pela lembrança sobre a mudança de local da próxima reunião do CONASP, para um local mais adequado. **Conselheiro Ricardo Balestrieri**, agradece a fala e lembra que o Secretário Romeu Tuma fez alguns acordos com hotéis de Salvador, visando reduzir os valores das diárias. **Secretário Romeu Tuma**, informa que buscando facilitar a participação dos conselheiros no congresso, ele poderia redigir ofício aos chefes das instituições a que pertencem os conselheiros, solicitando sua a

liberação para o evento, o que facilitaria o processo de pagamento de diária e passagem. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, retoma de dá continuidade á pauta. **Conselheiro Luis Alberto**, saúda o Secretário Romeu Tuma, pelo Brasil ter conseguido estes dois eventos, lembra que sua fala já foi antecipada pelos conselheiros, e que a próxima reunião está prevista para a semana santa. Sendo que, tudo indica a possibilidade de que seja transferida a reunião para o mesmo período do congresso. Ratifica a solicitação para mudança do local de reuniões do CONASP. **Regina Miki**, informa sobre a mudança, reafirma a necessidade da reunião e sugere que seja mantida a reunião ordinária e que seja feita uma reunião extraordinária. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, ressalta que sempre que se faz um evento não previsto, outro será sacrificado. **Conselheiro Vilmar**, afirma que em reuniões pretéritas o assunto drogas já surgiu, mas o problema está na dificuldade do diálogo. Isso ocorre no âmbito interno e no externo. Sem a falta de uma idéia, de um ente central o processo fica prejudicado. A criação do fundo também é uma iniciativa relevante. A participação no congresso também é importante. **Conselheira Marina Magessi**, agradece ao Secretário Tuma por ter inserido o país nessa discussão. Afirma que irá ao congresso com o apoio a sua instituição. Solicita que seja feito ofício ao Presidente da Câmara para viabilizar sua liberação. Pergunta onde será o evento. **Secretário Romeu Tuma** agradece a fala da conselheira e informa que o foco do congresso é tornar efetivas as recomendações da ONU. A participação da conselheira e de demais membros do legislativo é de fundamental importância, pois cabe á casa as mudanças necessárias à melhoria do sistema de segurança pública e justiça criminal. Cita a lei de proteção às testemunhas, relatando que a lei nasceu quando ele fazia investigações. A lei foi feita sem ouvir os técnicos da área e por isso não é efetiva. Portanto, a participação de parlamentares é de fundamental importância. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, ressalta que se sente emocionado quando vê a Conselheira Dep. Marina Magessi chegar para participar das reuniões. Afirma que seria bom que tivessem mais deputados com a visão desta parlamentar, diz de coração que é sempre uma emoção ver a participação da deputada nas reuniões do CONASP. **Conselheiro Sá Ribas**, ressalta que é importante que a implantação do fundo de recuperação de ativos se faça de forma rápida e eficiente. Pois, enquanto não há recuperação, reina um sentimento de impunidade. Para sua tristeza, sabe-se que grande parte desses fundos é oriunda de verbas públicas. Questiona se na captação dos recursos já se pensou em carrear os recursos privados também integrarem o fundo. **Secretário Romeu Tuma**, quando assumiu em 2007, haviam quase 300 milhões de reais bloqueados

no exterior, hoje existem mais de 3 bilhões. Neste processo existem dois momentos: o bloqueio e o repatriamento dos recursos. O objetivo do fundo é facilitar este trâmite. Hoje o andamento é muito lento, e já se pensa em um projeto de lei de restrição de domínio. Pois, hoje a sentença demora 20 anos. A proposta tem o objetivo de facilitar a devolução dos recursos ao país. A Argentina já se manifestou no sentido de apoiar o projeto. O Brasil propõe um fundo internacional. Afirma que buscará verificar qual o meio de aprovar estas propostas no congresso. Agradece a oportunidade de estar junto ao conselho para apresentar o congresso. **Conselheiro Ricardo Balestreri** agradece ao palestrante e apresenta o conselheiro Gustavo Gominho, informando que ele foi eleito presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Relata que o PFRON é um projeto novo, o país nunca teve um projeto sistêmico para as fronteiras, informa que conseguiu, junto com o dep. Magela incluir 55 milhões para a política de fronteiras secas no país. Com isso sabe-se que o crime vai migrar para as fronteiras molhadas, e isso não é papel da marinha. Já se reuniu com a COMPORTOS e fará em parceria com os estados. fará um guardamento das fronteiras do país, através de uma guarda costeira. Deixaram para a posteridade o guardamento das fronteiras secas e das fronteiras marítimas. **Regina Miki** informa que o Ministro fez um balanço das secretarias que compõem o ministério da justiça, e ressaltou os avanços alcançados pela SENASP e SNJ. Ressalta que houve um grande avanço na política de segurança do Brasil e para tanto o conselho tem um papel fundamental. Agradece ao Secretário Ricardo Balestreri e ao Secretário Romeu Tuma pelo apoio. Ressalta que o congresso só veio para o país porque o PRONASCI projetou o Brasil internacionalmente. Ontem foi inaugurado o território de paz em São Bernardo. Hoje há uma visão sistêmica e um tratamento republicano da segurança pública. **Verônica** bom dia todos e todas; informes gerais da Secretaria Executiva; publicação das Resoluções e GT REMJA; novos conselheiros; pesquisas e atividades; alterações de calendário ; participações em eventos; audiências e consultas; reestruturação da equipe. **Conselheiro Tião** pergunta para onde foram os servidores que saíram da Secretaria Executiva. **Veronica** responde que a Luciane foi para a SENASP. **Conselheiro Balestreri** afirma que a servidora Luciane Patrício foi muito bem recebida pela comunidade acadêmica. **Verônica** informa que a Mariana foi para a ENAP e está em um momento delicado de gravidez; a Ana Carla retornou ao estado de origem, a Fernanda está indo para a cidade de Canoas no Rio Grande do Sul e o Daniel Avelino vai para a Bahia onde irá exercer as atividade de docência universitária. Informa que chegaram o os

servidores Aline Balestra e Marcelo. **Conselheiro Balestreri** informa que a Aline, apesar do sobrenome, não é sua parente, e que não se trata de nepotismo. Informa que está presente como observador o sr. Fábio de Sá do IPEA e do Sr. Cloves. Passa a palavra a ele. **Fábio Sá** agradece e manifesta satisfação em rever amigos; situa o IPEA; instituição que passou por algumas transformações; academização do instituto; dialogava mais com a academia do que com governo e sociedade, havendo um descolamento do governo. Isso foi diagnosticado. O CONASP interage com duas áreas temáticas estratégicas: participação social e a política de segurança pública, tende a assumir uma centralidade na política. A iniciativa de acompanhar as reuniões do Conselho tem como objetivo documentar as deliberações; gostaria de devolver e elaborar relatórios propositivos que ajudem o Conselho a se reestruturar; apresenta Felix; mais uma vez agradece a Secretária Executiva e o Ministério da Justiça; espera poder contribuir nesses dois campos: participação e segurança. **Veronica** registra presença de Cristina Vilanova e Cel. Pita; e informa que a primeira consulta foi coordenada por Renato Lima e José Vicente. **Conselheiro Almir** – justifica a ausência de Clovis de Souza Nunes, que está participando de uma entrevista na TV Globo com um trabalho sobre paranormalidade, o que o impediu de comparecer à reunião do CONASP. **Secretária Executiva Regina Miki** informa sobre abertura da palavra aos conselheiros para informes gerais. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, Lê carta produzida pelo Presidente do Conselho Nacional dos Gestores Municipais de Segurança Pública, que fora endereçada ao Ministro da Justiça, solicitando a participação do conselho nacional dos gestores municipais de segurança pública, no CONASP. **Conselheiro Renato**, ressalta que este tipo de solicitação demonstra a importância do conselho e serve de reflexão para os conselheiros. Não só sobre a eleição, mas também sobre o papel do conselho na política nacional. Informa que a pedido da Secretaria Executiva foi reservado um espaço no Quarto Encontro do Fórum Nacional de Segurança Pública, para reunião do conselho. **Secretária Executiva Regina Miki** informou que esta é uma oportunidade para a realização de uma reunião extraordinária. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, solicita que seria importante que se case as reuniões ordinárias com os encontros extraordinários, para que não seja prejudicada a formação, com o desvio de verbas deste destino para aquele. Uma vez que sempre que o Ministério da Justiça e a própria SENASP realizam um evento não programado anteriormente, outro que está previsto, será prejudicado, e no caso da SENASP, sempre a formação será prejudicada. **Conselheiro Cel Melo**, informa que o CNCG estará realizando nos dias 8 e 9 uma reunião em

são Paulo, inclusive com a participação do Secretário Nacional de Segurança Pública. Informa aos conselheiros que estiverem em São Paulo, o evento se destina aos Comandantes Gerais das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, mas que está aberta a participação dos conselheiros na palestra do Secretário. **Conselheiro Gandra**, cumprimenta a todos, e ressalta a dificuldade da função dos conselheiros, todos estão voltados para a segurança pública, em razão da copa e das olimpíadas. Afirma que esta é uma oportunidade para o governo federal para valorizar os trabalhadores. cumprimenta o líder comunitário, Maurício Burity, policial civil do Acre, companheiro de Chico Mendes. Informa sobre a reunião dos trabalhadores em segurança pública. Informa que será organizada uma campanha dos trabalhadores de segurança pública. Que poderá inclusive colaborar com o conselho. Ressalta que o conselho está sendo observado, mesmo que a imprensa não destaque o conselho, pede aos conselheiros que não prejudiquem o andamento do conselho, todos tem que estar atentos ao tempo, mas não podem ter sua fala cassada. **Conselheiro Ricardo Balestreri** saúda o companheiro do acre, liderança nacional da polícia civil. **Conselheiro Cel Marlom**, alerta aos conselheiros que o momento anunciado é de mudanças, com a saída do Ministro Tarso Genro em um ano eleitoral, a tendência é de que não haja mudanças no Ministério da Justiça. Dirige-se Secretário Ricardo Balestreri informando que é muito importante que ele permaneça no cargo. Todos têm que estar alertas para que, no caso de qualquer tentativa de mudança do Secretário Nacional de Segurança Pública, os conselheiros possam reagir e buscar a manutenção do mesmo no cargo. Solicita que este pedido seja constado em ata. Apresenta o cel Altair, da Brigada Militar, seu vice-presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME), e ressalta que faz questão de sempre trazer um membro de sua diretoria para que os assuntos aqui tratados sejam amplamente discutidos em sua entidade. **Conselheiro Ricardo Balestreri** agradece a fala e informa que está a disposição do ministro para permanecer até o fim do ano. **Conselheiro Manoel Messias** informa sobre o evento que ocorrerá em Xangai na China. Informa que haverá um espaço de 70 metros que conterà imagens dos conselheiros. Que as ações propostas na CONSEG, serão tratadas pelo grupo do governo federal que está estudando a consolidação das leis sociais. Que a semana do Brasil no evento será nos dias 4, 5 e 6 de junho, devendo contar com a presença do Presidente Lula. Destaca a vinda da ONU para salvador e ressalta que isto é reflexo da expertise dos trabalhadores da área. **Conselheiro Marcos Dias** ressalta que sua instituição tem interesse nos vários assuntos da segurança pública, mas

principalmente no que se refere à infância e juventude. Informa que a FENAPRF, firmou parceria com o OIT e com o Ministério do Trabalho para o Programa Brasil Sem Exploração à Criança e ao Adolescente. Embora seja a criança e o adolescente prioridade, isso precisa ser tornado efetivo. Dentre os dez princípios nenhum trata do tema, só há uma diretriz que trata do assunto. Foram realizados pela FENAPRF oito seminários para discutir o assunto. Do convênio já foram adquiridos recursos para realização de seminários em todas as capitais do país. Sendo que todos serão convidados para participar. Discorda do Conselheiro Gandra e afirma que deve haver a restrição do tempo inclusive se submete à restrição. **Conselheiro Ricardo Balestreri** consulta sobre encerramento das inscrições para uso da palavra. **Conselheiro Tião**, ressalta a importância da manutenção do Secretário Nacional de Segurança Pública no cargo e também de sua equipe que dá suporte ao conselho. E que se possível que ela seja reforçada, em razão da demanda. Que a rede já havia sinalizado a realização de um seminário sobre armas e fronteiras. Agradece a manifestação do conselho sobre sua atuação do “VIVA RIO” no Haiti. Solicita ao presidente em exercício e à Secretária Executiva, a confecção de um comunicado ofício aos Secretários de Segurança pública, para que eles facilitem a realização das audiências públicas, inclusive citando quais são os conselheiros no estado. Questiona se há alguma informação sobre o caso de Goiás, pois deve haver algum problema no estado, para que as pessoas venham a Brasília reclamar. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, solicita a confecção dos ofícios aos estados. **Regina Miki** informa que não houve morte, estão desaparecidos, os manifestantes foram recebidos pelo Ministro Vanucchi e pelo Secretário Executivo do Ministério da Justiça Dr. Luiz Paulo Barreto. Informa que há suspeitas que indicam que possivelmente os jovens foram aliciados para trabalho escravo e não mortos. **Conselheira Sibebe**, informa que o fórum de ouvidores, tem ressaltado que nem todos os ouvidores têm autonomia. A coordenação tem recebido denúncias de ameaça contra o trabalho de controle de letalidade. Isto até por parte de alguns secretários de segurança pública, inclusive com despacho contrário à criação de comissão de redução de letalidade. A voz do CONASP é uma voz importante para ser ouvida pelo governo e pelos secretários de segurança pública. Propõem que o CONASP produza uma nota de apoio à Ouvidoria, no seu trabalho de redução da letalidade, que dois membros juntamente com a conselheira produzam a nota. Secretário **Ricardo Balestreri**, concorda e ainda sugere que seja oficiado ao ministro, solicitando que seja inserido como critério do PRONASCI para a liberação de verbas, o apoio as Ouvidorias. Que o

Conselho encaminhe à SAL um pedido de estudo para que se verifique qual a medida legal a ser adotada, para que a União possa induzir os estados a apoiarem as ouvidorias. O Conselho tem um papel prático e objetivo nas questões da segurança pública. **Secretária Executiva Regina Miki** informa que o conselheiro Firmino está em Goiás acompanhando o caso e amanhã estará apresentando o resultado de sua visita ao Conselho. Conselheiro **Gonzaga**, informa que foi sancionada pelo Presidente Lula, a lei que anistiou os militares estaduais que participaram de reivindicações de sua categoria. Ressalta a participação do secretário Ricardo Balestreri, da Secretária Executiva do CONASP Regina Miki e do Ministro Tarso Genro neste processo. Solicita à Secretaria Executiva, uma comunicação com a equipe, espaço CONSEG de Minas Gerais. Ressalta que talvez uma ligação já ajudaria. **Secretária Executiva Regina Miki**, afirma que está acompanhando o trabalho daquela entidade, e agradece a participação do conselheiro. Informa que ela fará pessoalmente a ligação. **Conselheiro Almir**, afirma que já iniciou nos estados do Maranhão e do Pará um processo de informação sobre a CONSEG. Concorde com o cel Marlon sobre a necessidade da manutenção do Secretário Ricardo Balestreri no cargo. Afirma que ocorreu em 2009, um dos maiores eventos, “a caravana pelo desarmamento”, que permitiu que sua instituição mobilizasse 27 estados. A cultura da paz deve ser continuada. Parabeniza a Dra Cristina Villa Nova pelo trabalho realizado na cultura de paz. **Secretária Executiva Regina Miki** registra o trabalho da Dra Cristina Villa Nova, ressaltando que sua conduta é ilibada. Agradece por seu trabalho. **Conselheiro Sana** agradece ao Secretário Ricardo Balestreri pela leitura do ofício dos secretários municipais de segurança pública. Registra a importância da caravana da paz, no Estado do Espírito Santo, e a campanha foi vitoriosa em 2009 por isso o programa deve ter continuação. Os conselheiros devem se empenhar na realização das consultas livres. **Conselheira Rose** saúda a todos; espera que possam dar conta dos objetivos; eleição em agosto dos novos conselheiros, que podem ser os mesmos; preocupação com o sistema prisional; não se faz nada no país que não envolva Ministério Público, Judiciário, sistema prisional; no seu estado não havia estrutura para semiliberdade. A defensoria pública entrou com ação para que os condenados pudessem cumprir sentença em regime domiciliar; o Tribunal de Justiça acolheu e determinou que custodiados fossem para regime domiciliar; o Rio Grande do Sul teve a mesma iniciativa e a decisão judicial foi diferente; isso gera aumento de criminalidade; de sexta a domingo houve nove homicídios são casos difíceis. Alerta que esse não é o resultado que se espera. Ressalta que parece que o Ministério da Justiça

fará recambiamento de internos. Destaca que se tem que pensar num sistema prisional que seja, ao menos razoável. **Conselheiro Marcílio**, cumprimenta a todos e informa que na última segunda-feira, houve a abertura do ano judiciário e os chefes de todos os poderes ressaltaram o papel das defensorias públicas, isso foi fruto do trabalho da conferência, que aprovou duas diretrizes referentes à instituição. Ressalta que em Goiás não pode haver atuação de defensores, pois não há defensoria naquele Estado. **Conselheiro Benedito Mariano** registra a realização do último “Território da Paz” na gestão do Ministro Tarso Genro. Ressalta que mais de 2.000 pessoas participaram do evento, todos os Secretários Nacionais do Ministério da Justiça e o Diretor da Polícia Federal. O Ministro levou mais de 50 pessoas de sua assessoria que são ligados aos projetos do Ministério que estão sendo implantados na região. O Conselheiro informa que o prefeito de São Bernardo, agradeceu o apoio do Ministério da Justiça. Ressalta que o evento contou com a presença do Vice-presidente da República. Pede ao Secretário Ricardo Balestreri, que agradeça aos demais secretários pela presença em São Bernardo do Campo. Ressalta que todos que compareceram viram a importância da participação do governo federal no município. Faz registro da importância do ministro na inclusão do município como ator da segurança pública. Tem expectativa de que não haja mudança de rota do PRONASCI e nas secretarias que tem papel importante na execução do PRONASCI, na pessoa do Ricardo Balestreri e da Cristina Vilanova aqui presente. Afirma que o programa só se efetivou pela estrutura forte da SENASP. Ressalta o papel da SENASP nas ações do PRONASCI. Espera que os “Territórios da Paz” tenham continuidade após a gestão Tarso Genro. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, informa que mais de 80 por cento dos recursos do PRONASCI, foram executados pela SENASP, a polícia comunitária deixou de ser uma proposta romântica para ser um projeto objetivo. O PRONASCI é uma grande consequência do trabalho da equipe da SENASP, que em três anos deu um salto de 1000 por cento na execução dos valores destinados ao PRONASCI. Isso sem novos profissionais. Informa que as falhas que existem serão revistas. Há uma esquizofrenia, há uma equipe que toma as decisões e outra que executa. Muita gente pensa que a SENASP toma as decisões. Para este ano de 2010, um pouco da esquizofrenia será corrigida, todos os consultores do PRONASCI nos estados estarão ligados à SENASP. Agradece as palavras do Conselheiro Benedito Mariano. **Secretária Executiva Regina Miki** registra sobre o território da paz, que o Vice-presidente foi ao hospital em São Paulo, fez a quimioterapia de manhã e à tarde, em pleno calor ele participou do evento e

disse que a equipe pode superar qualquer obstáculo. Ressalta que isso nos aponta que estamos no caminho certo e que se deve prosseguir no trabalho.

Intervalo do almoço até 14:30

Regina Secretária Executiva, às 14:42 – avisa que os senhores conselheiros se dividirão em grupos de trabalho até o final do dia. E se reunirão no local da plenária na amanhã do dia seguinte. Espera que consiga avançar bastante. Afirma que está preocupada com o cronograma de agosto, não que os outros temas não preocupem, mas a eleição tem que ser priorizada neste momento. Solicita que todos se dirijam aos grupos.

Dia 05 sexta-feira

Dia 05 sexta-feira – Manhã

Os trabalhos foram iniciados às 10:00 h **Secretário Ricardo Balestreri** abre cumprimentando a todos, apresenta a pauta da manhã, apresentação e debate sobre o regimento e o debate sobre os municípios. De início fará alguns informes. Ressalta que a pesquisa Censos, em muito tempo de coleta de dados, é a primeira vez que se constata que a sensação da população de que a segurança pública está melhorando. Sem falsa modéstia o PRONASCI tem alguma influência neste processo. O papel do PRONASCI foi importante. Para ser justo tem que dizer que isso começou no governo do Presidente Fernando Henrique. Mas neste governo houve a primeira grande experiência sistêmica de segurança, se deu no Amapá no governo do Capiberibe, coordenado CFOR e o SISTE. Inclusive um dos conselheiros aqui presente fez parte da equipe que montou o plano de governo lula, que foi o conselheiro Benedito Mariano. Depois o segurança pública para o Brasil, depois no período do Luis Eduardo Soares, articulou um grupo que produziu um estudo de mais de 400 páginas, que traçava as diretrizes. No primeiro mandato administrou-se bem, mas continuou-se a fazer mais dos mesmos, com a gestão do Ministro

Tarso Genro ouve uma nova orientação para o PRONASCI, fizemos um rompimento pragmático no conceito de segurança pública no Brasil. O PRONASCI não é ainda tudo aquilo, eu não sou de fazer panacéia, ele não é perfeito; ele não é o melhor, mas é um dos maiores avanços. Quando me perguntam se é perfeito, digo que ele não é o melhor programa, ele é o único programa da história brasileira com caráter sistêmico. os efeitos disso já se fazem sentir; a pesquisa indica uma melhoria da sensação da população; temos a obrigação de ser técnicos; a dita piora dos homicídios de São Paulo; isso não pode ser dito como piora; é açodamento de análise tomar isso como piora; são oscilações; precisamos de outras pesquisas para entender isso. A mídia está bailando sobre homicídios, estes índices não indicam piora em São Paulo , são oscilações normais em pesquisa. A Regina me chamava a atenção que mesmo em São Paulo, onde não temos indicativo de piora em 38 municípios, em 30 destes municípios, tem PRONASCI. Eu tive o cuidado de analisar os dados e eles não refletem o que foi lançado na mídia. Os senhores conselheiros devem estar incomodados com as bolsas, bolsa copa e bolsa olímpica. A equipe do PRONASCI lançou rapidamente e a equipe técnica a nota explicativa foi lançada depois, se ela tivesse saído antes talvez não houvesse tanta confusão. Tenho que explicar algumas as bolsas são inquestionáveis, são aplaudidos no Brasil e no exterior, temos o maior sistema educativo de profissionais da segurança pública do mundo. Há praticamente unanimidade dos profissionais sobre o programa. A expectativa dos operadores é que nós fizéssemos a elevação do teto da bolsa. Hoje só recebe quem ganha menos que R\$ 1.700,00. Hoje tem 167 mil profissionais recebendo. Isto representa quase um terço da força de trabalho do sistema de segurança público brasileiro. Cerca de 200 mil ganham menos de R\$ 1.700,00. O Ministro

Tarso tem uma tese de que estas coisas se naturalizam. Para quem ganha a bolsa isso já se tornou uma obrigação. A bolsa já se naturalizou. Havia uma expectativa de que o teto fosse para R\$ 3.200,00. Quem olha o governo federal de fora acha que o governo é um bloco monolítico. Mas, internamente há muitas discussões. O orçamento não suporta este aumento. Ou nós nos conformávamos em assumir uma derrota e assumimos o teto em R\$ 1.700,00, ou assumiríamos uma pequena elevação de R\$ 400,00 para R\$ 443,00. Quando a gente não consegue abrir a porta inteira ou agente dá uma pedalada e abre a porta toda ou espera que um dia a porta abra solenemente. Com isso, abrimos uma fresta que é a copa e a olimpíada para sensibilizar os governos. Pelo mote da copa e das olimpíadas, nós conseguimos elevar o teto. Ou era ninguém ou era uma parte. Assim abrimos uma fresta para abrirmos a porta inteira. Não pensem que dentro do governo federal é fácil. Assim, tivemos no Rio de Janeiro um mote midiático. No Rio de Janeiro, a inclusão é maior R\$ 3.200,00. Os Oficiais estão bravos porque alguns subordinados ganharam mais. Os oficiais vão se fardar e fazer concurso para serem subordinados. Se a SENASP estivesse à frente disso seria diferente. A SENASP é órgão de execução. Esta posição dos oficiais, ou obriga o governo do Rio para suplementar ou o governo federal suplementa. Se não abrissemos esta porta de contradição não ocorreria nada. Quanto à copa, a iniciativa foi forçar a discussão de um piso nacional para os profissionais. Quem é midiático pode pensar que é eleitoreiro, foi o aproveitamento da mídia que sempre acompanha a copa. Com isso cria-se uma cultura que force os estados a essa discussão. Os policiais destes doze estados não perceberam que até 2016 os estados estão obrigados a aumentar o piso até R\$ 3.200,00. Isso é uma vitória para todos os policiais. Os senhores podem me perguntar, porque não fizeram logo essa informação,

isso não ocorreu porque não se conseguiu congrega
forças para isso. Ao contrário das críticas que foram
direcionadas ao Ministro, a sociedade e os
principalmente os profissionais verão no futuro que
ele estava certo. Ele sabia que em um primeiro
momento ele não ganharia. Depois de 2 anos a polícia
vai ver que ele tinha visão. Porque o sujeito que
ganha pouco, não quer esperar 2012 ele quer agora.
Mas na vida como a vida é, agente não consegue
nada de sopetão. Os estados que não tem copa vão
se rebelar e isso é positivo. Isso é daquelas coisas
que agente corre risco, mas não tenho medo de correr
riscos. Se nos não correremos os riscos, daqui a 20
anos ainda teremos essa situação. A polícia está
revoltada e esta revolta é positiva. A polícia sempre
ganhou mal, mas sempre se mobilizou muito mal.
Daqui ha dois anos teremos outro quadro. Daqui ha 2
anos quem olhar para traz vai dizer que aquela
geração teve coragem de forçar a barra. Eu recebi um
Secretário de Segurança Pública de um estado
importante, que disse assim vocês colocaram o
estado numa camisa de força, se o estado não adere
ele será pressionado, se sim ele se obriga a aumentar
o salário. nossa relação com os estados estará
abalada. Está na hora de se fazer uma opção de
pagar melhor o servidor. O estado está pobre para
melhorar a vida dos profissionais mas não para outras
questões. Quero dizer mais duas coisas. A nossa
secretaria teve uma vitória ontem, nós conseguimos
através do trabalho da Dra. Juliana Barroso e da Dra.
Melissa, que o MEC concordasse em abrir uma nova
área do conhecimento no Brasil, a segurança pública.
Assim será criado o curso de Tecnólogo em
Segurança. Após dois anos de luta, isso deverá ser
assinado pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da
Educação talvez já na semana que vem.
Conseguimos também, a concordância dos
ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, na criação
do fundo de crimes ambientais. Serão mais de 200

milhões de reais para beneficiar os entes federais. Li a minuta e ela está insuficiente, pois não garante a aplicação dos recursos na área. Com isso os senhores poderão ter mais 200 ou 300 milhões de reais no ano que vem. Por isso terei que me ausentar para verificar estes dois assuntos. Assim terei que, em algum momento me ausentar. A Regina me lembra que a bolsa formação normal não muda nada, na olimpíada tem teto na copa não muda nada. E não será só o pessoal da capital, será quem o estado indicar. A luta pela elevação do teto continua, minha luta é pela elevação de R\$ 1.700,00, para incluir novos policiais. O novo Ministro já me disse que pretende que a equipe continue. **Conselheiro Gandra** só queria fazer um adendo; tentar produzir um melhor debate; só um comentário; nós policiais civis decidimos fazer algumas críticas e faremos uma nota de repúdio contra essa bolsa; dizer que faltou, inclusive, que o governo nos ouvisse; se tivesse ouvido, poderíamos fazer algo mais forte contra os inimigos da segurança; não sabemos quem é; existe ainda uma proposta para o governo Lula corrigir as distorções que existem na remunerações policiais do Brasil todo; sem interferir com o pacto federativo; não é necessário que fosse uma bolsa Olimpíada ou Copa; os estados até o ano 2016 teriam que se remeter a isso; bastaria aprovar a PEC 446, que diz que o piso teria que ser gradual; teria uma complementação, desde que os entes comprovem, olha que bonito, que não tem condição de arcar com essa elevação; essa complementação poderia ser pelo PRONASCI; os estados com essa comprovação; de forma igualitária; teríamos que passar os recursos da forma como é feita a distribuição da renda da União para os entes; existe essa possibilidade; atendendo inclusive a paridade dos inativos; o próprio governo federal trata seus policiais com subsídio, não com bolsa, não com penduricalhos; temos que reconhecer a coragem da equipe do Ministério; as

pressões internacionais existem; hoje o Rio de Janeiro venceu mesmo sabendo os programas de segurança; talvez possa piorar para Vitória e estados vizinhos, porque o crime pode migrar; nós vamos passar uma proposta numa tentativa de buscarmos uma solução; os senhores sofrerão uma pressão muito grande; quando se abriu as inscrições, imediatamente 200.000 vagas foram preenchidas; todos acreditavam que fariam parte dessa gratificação afirma que os policiais civis, diferente dos policiais militares, farão uma nota de repúdio ao decreto que estabeleceu as novas modalidades de bolsas. Dizer que faltou que o governo houvesse os profissionais, se tivessem ouvido os policiais faríamos uma coisa mais forte. Se isso fosse feito o Ministro da Justiça teria mais condições para defender a idéia. O governo Lula tem oportunidade de interferir sem conflitar com o pacto federativo, o governo poderia estabelecer um piso e dizer que os estados teriam até 2006 para implantá-lo. Portanto, peço apoio à aprovação da PEC 446. A união pode interferir desde que os entes provem que não tem condições de assumir a conta. Essa complementação pode vir do PRONASCI. Esse aumento pode vir depois de um ano. Se não for assim nós vamos privilegiar um estado. Teríamos que passar os recursos da forma como a união repassa para os estados, atendendo até os inativos. O próprio governo federal trata seus servidores com subsídios. Temos que reconhecer a coragem o Ministro da Justiça. As pressões internacionais existem e vão aumentar. O Rio de Janeiro, não conseguiu vencer a disputa para sediar os jogos pelo quesito segurança. Hoje o Rio de Janeiro venceu sem se considerar o quesito segurança pública. Nós profissionais da segurança pública, vamos passar uma proposta para o governo. Os senhores sofreram uma pressão muito grande. Quando a SENASP abriu as inscrições para o Ensino à Distância, as vagas foram rapidamente preenchidas,

os profissionais estão com a expectativa de receber a bolsa. Quando a sociedade brasileira apoiar a proposta. A questão da São Paulo ocupará grande destaque nas discussões deste ano. **Conselheiro Ricardo Balestreri** nossa observação interna é de que o governo não pensa em bloco. As críticas são democráticas. Os budistas dizem que os que te criticam são seus melhores amigos, porque buscam sua melhora. O ótimo é inimigo do bom. E uma segunda questão o “mingau tem que comer pelas beiradas”, porque senão ele está quente. Não é o melhor, não é o mais perfeito, mas nós estamos comendo pelas beiradas. É a primeira vez que um ente público está botando na roda para discussões, o piso para os policiais. **Conselheiro Peck Jones** sua historização sobre o processo democrático foi importante. Como ex-integrante da SENASP, ressalta que é importante lembrar a experiência da preparação para os jogos pan-americanos. Muitas críticas foram feitas e hoje temos muitos avanços, também se induziu a participação social na discussão da preparação dos grandes eventos. É uma política do estado, do governo. A copa é um mote para as conquistas, que se remetem a 2005,2006.

Conselheiro Ricardo Balestreri o pan-americano foi fundamental para o amadurecimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública **Conselheiro Gilson** cumprimenta apresentação lúcida, fugiu de questões corporativistas, as guardas sempre foram lembradas ao longo dos dias, no entanto alguma coisa aconteceu que na Bolsa Copa a guarda foi esquecida. Na bolsa copa as guardas foram esquecidas, as guardas são um dos que mais participam. Não entende porque as guardas e os municípios ficaram de fora. Questiona o porque disso. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, informa que não está em sua alçada de poder a decisão sobre o assunto, mas lembra que, como dizem, “é no andar da carroça é que as abóboras vão se ajeitando”. Portanto deve-se continuar a

mobilização. **Conselheiro Vilmar**, efetivamente a segurança pública da maneira como ela está posta, procurando um trabalho de qualidade, percebe-se que a partir do trabalho do dr Luiz Fernando, foi que teve início este processo. Certamente nós já tivemos a oportunidade de expressar a ausência de uma política de segurança. A segurança pública sempre viveu de programas temporários. A segurança pública é um sistema que tem quatro subsistemas: Judicial, ministério Público, a polícia e o sistema penitenciário. Sem a preocupação dos programas temporários. Buscando construir esta política a SENASP provocou confusão entre as instituições. Dando um novo foco mais com vista a uma polícia. Assim, trabalhar em uma política de resultados sem se estabelecer uma política, ficaremos rodando em programas temporários. Entretanto, o usuário do serviço de segurança pública está ansioso por resultados. Nós estamos, o Colégio de Chefes de Polícia, está tentando, com uma grande dificuldade realizar um trabalho de tecnologia da informação, trazer TI para a Polícia Civil. O conselho estabeleceu como política a modernização. O usuário tem que fazer parte do processo de discussão da política. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, desculpa-se pela saída um pouco da pauta. Ressalta que a SENASP sempre teve posturas ousadas e, a sua fala histórica, o governo federal só deu um paço definitivo quando da instituição do PRONASCI. **Conselheiro Marcos** ressalta que admira a iniciativa de avançar sobre este assunto, e sobre os demais assuntos da segurança pública. A SENASP saiu da teoria e partiu para a prática. A palavra convence e o exemplo arrasta, já existem Policiais Rodoviários Federais que estão se preparando para atuar na copa e na olimpíada, como ocorreu no pan. Este conformismo vai além do que foi dimensionado aqui. Defendemos na PRF a manutenção do Secretário Ricardo Balestreri pela oportunidade do diálogo e por seu trabalho.

Conselheira Melina, minha fala vem no sentido contrário, meu pragmatismo me deixa preocupada com o volume de trabalho. Fico preocupada com o acúmulo de trabalho do conselho. Nosso grupo tem um trabalho muito extenso e ainda não realizou nem 10 por cento deste trabalho. Temos que nos preocupar com o andamento das nossas reuniões, como nós seguimos a pauta. As consultas terminam dia 2 e dia 8 teremos que aprovar o edital. Preocupa-se com o debate, compartilha com todos a preocupação sobre os avanços, mas tem-se que pensar a reestrutura da pauta, pois fica preocupada com os prazos. Por exemplo, as consultas terminam em 02 de abril e no dia 08 tem que ser aprovado todo o edital. Manifesta sua preocupação quanto ao volume de trabalho. Sugere o aumento do período de reunião. Preocupa-se como alocar toda a pauta com o curto tempo disponível. Não quer dizer que as outras pautas não seja importantes, mas há um compromisso assumido no final da conferência.

Regina Miki, informa que foi sugerida somente uma alteração para a aprovação da ata, questiona se a ata está aprovada. Ata aprovada. Leitura da mensagem do ministro ao conselho. **Regina Miki** ressalta que de sua parte tem a dizer que foi um privilégio trabalhar com o Ministro Tarso Genro, que é o maior material intelectual do Brasil. Informa que a pedido dos conselheiros foi confeccionada uma placa que será entregue ao Ministro da Justiça. A placa contém os seguintes dizeres:

“Senhor Ministro,

O Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, registra neste ato, seu reconhecimento e seus agradecimentos a V. Exa. pela realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança pública e pela reestruturação do CONASP. Estas ações permitiram um novo olhar sobre a segurança

pública brasileira, através da livre participação e da representatividade, possibilitando discussões horizontais e a busca de soluções efetivas.

Brasília-DF, 04 de fevereiro de 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Solicita a presença dos conselheiros de Brasília para participarem da entrega da placa ao Ministro da Justiça. **Conselheira Marina Magessi**, afirma que apesar do seu partido ser de oposição, faz questão de uma parceira do Ministério da Justiça. Que oposição burra é aquela que é contra sem saber o que é, vota com o governo quando acha que tem que votar e o seu partido respeita sua posição. Ressalta que é uma defensora da paixão que as pessoas do Ministério da Justiça tem pelo seu trabalho, acha que este Ministério e o Ministro Tarso, desempenham um excelente trabalho. Como o Secretário falou, como é difícil ser honesta, tem muito orgulho de ser honesta e de participar do conselho. **Conselheiro Bendito Mariano** a questão dos municípios saiu como co-gestor das ações de segurança pública. Sendo que das ações do PRONASCI, 45 por cento estão no município. acha que depois do regimento interno fica inviável discutir o município em 5 minutos, que a questão do município seja a primeira da pauta da próxima reunião, com o tempo de, ao menos 2 horas, que o plenário aprove uma comissão composta pelos conselheiros Sana, Gilson e Bendito para construir um texto básico sobre o tema. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, afirma que a mesa sente a crítica e se desculpa pelo excesso de tempo. Assume o compromisso de ser mais rígidos com o tempo na próxima reunião. A mesa coloca para a plenária a proposta de que o município seja o primeiro tema de debate, ficando os avisos para o final e que a comissão fica composta pelos conselheiros Sana, Benedito e Gilson. **Conselheiro Gonzaga** solicita que seja obedecida a proporcionalidade na composição da comissão. O tema da pauta foi aprovado. Foi feita a proposta de inclusão do Conselheiro Cel Melo e do Conselheiro Tião na comissão, a comissão foi aprovada com a seguinte composição: conselheiros Sana, Tião, Cel Melo, Bendito e Gilson. **Conselheiro Everardo**, ressalta que nos debates teve dificuldades... sejam reunidos antes os membros dos Grupos Temáticos para organizarem os debates.... **Conselheiro Ricardo Balestreri** concorda, dá sua opinião de que acha estranho a participação do conselho de secretários estaduais de segurança pública e não dos secretários municipais. Que ao se reformular o conselho, não se deve criar um órgão grande demais, que não funcione. Tem experiência com conselho de outras áreas que são tão grandes que não funcionam. Pede para que não sejam abertas as

comportas, senão o conselho não vai funcionar. **Conselheiro Tião** pede hajam orientações, diante do tempo para resolver este problema, se é possível politicamente reeditar o edital que criou o conselho. Se não houver problema pode ser inserido. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, informa que é possível reeditar, sugere que enquanto seja providenciado o formato legal que o conselho... **Conselheiro Marcos** ressalta que sem alterar o decreto não pode haver a inclusão ou a ampliação de integrantes do conselho. **Conselheiro Ricardo Balestreri**, informa que a intenção não é revogar as posições, mas se trata apenas de incorporar o Conselho de Secretários Municipais de Segurança Pública ao CONASP, sem direito de voz e voto, o que só ocorrerá com a produção do edital. **Secretária Executiva Regina Miki**, solicita que os conselheiros levem a proposta de edital para analisarem e que continuem as demais pautas. Assim o regimento fica para a próxima reunião. Os grupos se reunirão por setores: sociedade civil, trabalhadores e gestores para deliberarem sobre a alteração do decreto de composição do CONASP.

Encerrada as 11:45h

Início às 14:15 h

Preside a reunião a Conselheira Rosimeire. **Conselheiro Marcos Resente**, reclama que foi discriminado pela segurança da entrada do prédio do Ministério da Justiça. **Regina Miki** informa que se dirigirá ao chefe da segurança para reclamar sobre este fato e pedir providências. Pede desculpas pelo tratamento dispensado pela segurança ao conselheiro. Informa que já está em andamento a confecção de um crachá para os conselheiros, o que facilitará seu acesso ao prédio do Ministério da Justiça. Informa também, que a reclamação constará em ata. **Conselheiro Benedito Mariano** relata que na conversa dos conselheiros gestores, foi formado consenso no sentido de que, se se avaliar todos os conselhos nacionais com sede em Brasília, talvez nenhum tenha esta composição de 30, 30 e 40. A conferência criou uma referência nova na estrutura de representação dos conselhos. O conselho provisório tem uma composição diferente do conselho definitivo. O novo conselho prevê uma composição diferente. Aumentando o número de conselhos, na política a mudança de um decreto é possível, mas a mudança apresenta algumas dificuldades, é um ano eleitoral, na semana que vem haverá mudança no ministério, a mudança indicaria uma problema orçamentário, e qualquer mudança não contemplaria todos os anseios, o COMANDA tem mais de 100 representantes e tem gente que reclama que não está sendo representado. O representante dos secretários estaduais de

segurança pública, trouxe um pedido de se aumentar a representação dos secretários estaduais de segurança pública para 5 membros no CONASP. Sendo um de cada região. Pois, só o presidente do colégio de secretários, não representaria todos os secretários. Há outros ministérios que não estão representados. Isso para dizer que a situação de maior debate se dê na esfera dos trabalhadores e da sociedade civil, por isso pensa que o edital deve sinalizar estes pontos. Serão votadas só entidades estaduais ou federais. Para garantir a representação só do movimento negro tem que ter 50 conselheiros. Ressalta que os conselheiros não vão resolver o problema das instituições mudando de 30 para 40 ou 50. Que se incluíssem os critérios mais gerais para indicação dos gestores, servidores, e sociedade civil. Ressalta que não se pode ter no CONASP instituições que nada tem a ver com a segurança pública. O conselho não pode ser só de corporações sejam elas oficiais ou da sociedade civil. Ressalta que os conselheiros têm que ter a grandeza de não olhar para o umbigo. Afirma que mais difícil é a representação da sociedade civil, quis os critérios para que o processo seja o mais amplo possível para garantir que as instituições venham com legitimidade. O importante não é o tamanho, mas a legitimidade, tem que haver critérios mínimos para garantir a legitimidade. **Conselheiro Maj Bride** ressalta que o problema da legitimidade é um problema de todas as categorias, os trabalhadores indicam como composição do CONASP 15, 15 e 20 trabalhadores, gestores e sociedade civil. Afirma que o conselho das guardas municipais é de gestores e não de trabalhadores. Essa nova composição vai resolver o problema de todos. Os trabalhadores se comprometem a auxiliar com uma comissão, os trabalhos da secretaria executiva. **Conselheiro Tião**, o debate foi no sentido de oferecer o melhor para o conselho, houve duas decisões por consenso, que expressam o anseio da sociedade civil. O primeiro é que a sociedade civil concorda em aumentar no máximo a 40. O segundo, no que toca à sociedade civil ficou acertado que dos 40% das vagas, ficou estabelecido que ficaria 50% para entidades e 50% para redes. **Conselheiro Marcos** informa que os conselheiros estão aqui em questões preliminares, o custo político de se aumentar uma virgula no decreto, é o mesmo que alterá-lo todo. Para tanto, há que se sensibilizar o secretário, o ministro e o presidente. **Conselheira Rosimeire**, esclarece que a reunião foi interrompida para apresentação dos grupos e não para comentários. Conselheiro Marcilio, afirma que no seu caso é só um esclarecimento, que a posição da defensoria é meio conflitante, na conferência os defensores não puderam votar. Acha que chegou a hora de se rever essa posição. A defensoria sairia do grupo dos servidores e iria

para o grupo de gestores. **Conselheiro Tião**, ressalta que na fala do secretário pela manhã, entendeu que não seria um grande problema a alteração do decreto. E que, inclusive o secretário seria favorável à inclusão dos secretários municipais, se há a predisposição do secretário, cabe ao conselho definir se quer ou não mudanças. **Regina Miki**, esclarece que quando o Secretário falou de manhã, ele informou que acha possível a inclusão do conselho mas não a alteração do edital. O edital tem que sair até abril, isso poderia passar a impressão de que... .Informou que o conselho não tem cartas marcadas e nem tem conselheiros vitalícios, a sociedade civil não pode sofrer este revés. Ressalta que ela foi à sociedade civil e assumiu o compromisso de que o conselho não seria um processo de cartas marcadas, e que não está aqui para isso. **Conselheira Cibele** informa que em relação a categoria onde se encontra o fórum de ouvidores no grupo de gestores ou na sociedade civil, tanto faz nos gestores quanto na sociedade civil. **Conselheiro Manoel Messias**, faz suas as palavras da Regina, e esclarece que dentro das missões do conselho, não está a de modificar o edital. Informa que participa de outros conselhos, com 70 membros e todos os dias pedem para aumentar o número de participantes. Se os conselheiros resolverem mudar agora, todos os dias haverá alguém querendo entrar. Que não acredita que este decreto vá ser mudado. Crê que os conselheiros têm que continuar com sua missão de concluir o processo eleitoral. **Conselheiro Gandra**, destaca que no início quando os conselheiros assumiram, aqui travaram um debate se eram conselheiros ou se estávamos aqui para apenas referendar as posições do governo. Ressalta que os conselheiros estão aqui com posição definida. Contrapõe a posição apresentada pois mudar o decreto é posição política, se os conselheiros não têm força de mudar o que está aqui ele tem que se retirar. O conselho então não seria deliberativo, seria só homologatório. A secretária executiva hoje é secretaria antes ela era coordenadora e isso pode causar constrangimentos. **Conselheiro Gonzaga**, faz um encaminhamento da questão que o Conselheiro Marcos levantou. Conclama a todos resgatar como a ouvidoria e a defensoria se acomodaram junto aos trabalhadores, quando foi criar a conferência os grupos foram encaixados junto aos trabalhadores por falta de outros membros. Encaminha para que seja definida a posição. **Conselheiro Renato** ressalta que tem uma questão fundamental que vem desde a conferência, que sobre a natureza do conselho, esclarece que o conselho está discutindo sobre uma série de coisas, e não tem condições de discutir qual o papel, o tempo foi exaurido dentro deste assunto. Que os conselheiros não têm condições de representar a todos. O número de 40 foi um número

que contempla novas demandas e mantém vivo um espírito de mudança da política nacional. Se aumentasse para cinquenta ou menos isso não ocorreria. Buscou-se o equilíbrio entre todos os membros. Pensar a segurança pública como um meio que possui várias facetas. Não adianta contemplar todo. Não se deve pensar as agendas individuais. Esta é uma questão de fundo. O decreto dá um norte, mas a construção de um norte, mas um dos mandatos dos conselheiros é a forma como eles executam este mandato. **Conselheira Rosimeire** informa que foram encerradas as discussões. **Conselheiro Marcos** afirma que concorda com tudo que a Regina e o conselheiro Messias colocaram, a sociedade civil fez questão de lembrar o compromisso assumido. Ressalta que ele mesmo se colocou à disposição para participar do GT de eleições. O que se discutiu foi que no máximo 40 membros, mas para o grupo não faz diferença, o grupo acha isso pequeno em relação aos assuntos maiores. Se houver polêmica é melhor não mudar. Concordam com Regina e Manuel Messias. Diante disso a sociedade civil retira sua proposta e permanece com os 30 que haviam sido pactuados. **Regina Miki** esclarece que há 27 dias úteis para se mudar o decreto presidencial. Isto é impossível. A votação é prática. Não há tempo hábil. **Conselheira Rosimeire** coloca em regime de votação. **Conselheiro Gandra** informa que o decreto que criou o conselho prevê a possibilidade de mudança art. 2. Sugere que se tire uma comissão para verificar se há possibilidade de se mudar o decreto. Transcrição do Decreto:

DECRETO Nº 6.950, DE 26 DE AGOSTO DE 2009.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP, órgão colegiado permanente de natureza consultiva e deliberativa, instituído no âmbito do Ministério da Justiça, tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública, formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade e atuar na sua articulação e controle democrático.

Art. 2º Ao CONASP compete:

I - atuar, como órgão normativo, na formulação de estratégias e no controle de execução da Política Nacional de Segurança Pública;

II - estimular a modernização institucional para o desenvolvimento e a promoção intersetorial das políticas de segurança pública;

III - desenvolver estudos e ações visando a aumentar a eficiência da execução da Política Nacional de Segurança Pública;

IV - estabelecer diretrizes para as ações da Política Nacional de Segurança Pública e acompanhar a destinação e aplicação dos recursos a elas vinculados;

V - convocar e coordenar as Conferências Nacionais de Segurança Pública e zelar pela efetividade das suas deliberações;

VI - articular e apoiar, sistematicamente, os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Segurança Pública, visando a formulação e realização de diretrizes básicas comuns e a potencialização do exercício das suas atribuições legais e regulamentares;

VII - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente; e

VIII - promover a integração entre órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais.

Art. 3º Integram o CONASP:

I - o Ministro de Estado da Justiça, que o presidirá;

II - o Secretário Nacional de Segurança Pública, que será o seu Vice-Presidente;

III - nove representantes governamentais, incluindo representantes do Poder Público federal, estadual, do Distrito Federal e municipal e do comando ou direção das forças policiais;

IV - nove representantes de entidades de trabalhadores da área de segurança pública; e

V - doze representantes de entidades e organizações da sociedade civil na área de segurança pública.

§ 1º Os representantes descritos nos incisos III a V serão designados pelo Ministro de Estado da Justiça, mediante indicação dos respectivos órgãos ou entidades.

§ 2º Cada membro titular previsto nos incisos III a V possuirá um suplente, que somente será convocado no impedimento justificado do respectivo titular, sendo garantido, em qualquer caso, seu livre acesso às reuniões do CONASP.

§ 3º A escolha de representantes prevista nos incisos IV e V será aberta a todas as entidades e organizações cuja finalidade seja relacionada com as políticas de segurança pública, conforme convocação pública e critérios objetivos previamente definidos pelo CONASP.

§ 4º O mandato dos integrantes do CONASP descritos nos incisos IV e V será de dois anos.

§ 5º Poderão ser convidados a participar das reuniões do CONASP, a juízo do seu Presidente, representantes de órgãos e entidades públicos e privados e técnicos, sempre que da pauta constar temas de suas áreas de atuação.

§ 6º O Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público poderão indicar, cada qual, um representante junto ao CONASP, com direito a voz.

Art. 4º O CONASP reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de sete dias úteis, com pauta encaminhada juntamente com a convocação.

Art. 5º O CONASP formalizará suas deliberações de caráter normativo por meio de resoluções, sujeitas à homologação do Ministro de Estado da Justiça e publicadas no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. As deliberações que não possuam caráter normativo independem de homologação ministerial.

Art. 6º O CONASP poderá instituir grupos temáticos e comissões temporários destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

§ 1º O ato de criação dos grupos temáticos e comissões definirá seus objetivos, sua composição e o prazo para conclusão de seus trabalhos.

§ 2º Os grupos temáticos e comissões poderão convidar para seus trabalhos quaisquer representantes de órgãos e entidades públicos e privados, bem como outros técnicos ou especialistas que tenham afinidade com as matérias tratadas.

Art. 7º A Secretaria Nacional de Segurança Pública, a quem compete exercer a função de Secretaria-Executiva do CONASP, prestará o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos seus trabalhos.

Parágrafo único. Para o cumprimento de suas funções, o CONASP contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Justiça.

Art. 8º Poderão ser instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios outras instâncias colegiadas que integrarão sistema descentralizado de deliberação sobre a segurança pública e a prevenção da violência, nos moldes do CONASP, assegurada a proporção estabelecida nos incisos III a V do art. 3º.

Art. 9º A participação no CONASP, em quaisquer de suas instâncias, é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 10. O regimento interno do CONASP disporá sobre sua organização, funcionamento e atribuição de seus membros, observadas as disposições deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno do CONASP será aprovado por meio de resolução.

Art. 11. Aos membros do CONASP a serem designados em 2009 não se aplica o disposto no art. 3º e, excepcionalmente, seu mandato será de um ano, não admitida prorrogação.

§ 1º A Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Segurança Pública, constituída em ato do Ministro de Estado da Justiça, deliberará e confirmará lista de órgãos, entidades e representantes para composição do CONASP durante o mandato que se iniciará em 2009, a qual será submetida ao Ministro de Estado da Justiça para designação.

§ 2º Durante o período do mandato iniciado em 2009, compete ao CONASP prioritariamente:

I - elaborar seu regimento interno, de acordo com o disposto no art. 10;

II - estabelecer os critérios para identificação dos órgãos e entidades da área de segurança pública de que tratam os incisos III a V do art. 3º; e

III - estabelecer normas para o processo seletivo e convocar eleições para escolha das entidades e organizações definidas nos incisos IV e V do art. 3º, que indicarão seus representantes para composição do CONASP.

§ 3º A atuação do CONASP durante a vigência do mandato que se iniciará em 2009 deve levar em consideração, expressa e motivadamente, as deliberações da I Conferência Nacional de Segurança Pública.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogados os Decretos nºs 2.169, de 4 de março de 1997, 3.215, de 22 de outubro de 1999, e o art. 40 do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.

Brasília, 26 de agosto de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro


Conselheira Rosimeire esclarece que precisa ver se a plenária quer mudar. **Regina Miki** afirma que o problema não é político é prático em 27 dias não se altera um decreto presidencial. **Conselheiro Celito** afirma que diante do que a Regina colocou e do que se sabe, não há nem que se colocar em votação a mudança do decreto, pois é impossível. **Conselheira Rosimeire**, informa que há duas propostas, uma para votação e outra para nem se votar. **Conselheiro Marcos Costa** ressalta que neste momento não se pode

discutir a alteração daí constituir-se uma comissão para avaliar se há ou não condições para alterar o decreto. **Conselheira Rosimeire**. Para que se busque o entendimento tem que saber se o conselho tem interesse de aumentar o número de conselheiros. **Regina Miki**, lembra que o decreto de nomeação do CONASP Provisório demorou três meses. **Conselheiro Tião** esclarece que os conselheiros têm um problema diante da possibilidade de mudança do decreto, isso não quer dizer que este plenário não pode se manifestar. O que não quer dizer que não possa ser votado. Existem gestões que não dependem do Ministro da Justiça e nem do CONASP. Se for votado por mudar ou os conselheiros entendem que não tem que ter andamento posterior e não depende do ministro da justiça, ou não achar que fomos desrespeitados. Se for este o entendimento acho que podemos votar. **Conselheiro Marcos Dias** queria acrescentar mais uma coisa, talvez o aumento do número de conselheiros porque existem categorias que estão articuladas e que já possuem representatividade dentro do conselheiro. A ampliação pode acomodar poucos e criar desajustes internos. **Conselheiro Renato** ressalta que algumas coisas têm haver com os compromissos assumidos e outras se referem a vontade política. Os conselheiros recomendam que o grupo eleito repense a reorganização do conselho no sentido de verificar a quantidade de membros. Tentando buscar o equilíbrio. Não é abrir mão, mas é a manutenção dos compromissos assumidos. Estas tensões devem ser resolvidas pelo grupo definitivo. Se o pessoal que assumir em agosto assim quiser. É uma proposta de votação. Pedido de esclarecimento do Conselheiro Gonzaga, há um encaminhamento para a votação que não depende deste colegiado e vontade de modificação. Se aprovar a mudança os conselheiros vão levantar e ir embora **Secretária Executiva Regina Miki**, entende que não há tempo para sentar e esperar. Isso lhe causa estranheza porque o cronograma foi pactuado no ano passado pelo conselho e não há prazo. Ressalta que se tem que passar a discussão dos Grupos Temáticos e passar para o edital. Cabe ao plenário a decisão. Ressalta que o Conselho tem um trabalho a cumprir e os conselheiros estão discutindo uma questão que não tem solução. **Conselheira Rosimeire** ressalta que vê nas palavras do Conselheiro Renato um horizonte a se desenhar. Que todos têm ansiedades. Os conselheiros têm que experimentar a função de conselheiro ao longo dos dois anos. Todos estão disponíveis para a discussão do regimento. Há um compromisso assumido e agora os conselheiros vão destruir tudo. Sugere que os conselheiros tem que definir uma comissão para estudar isso ao longo do tempo, isso não seria para agora ou passa-se à votação da mudança do

decreto. **Conselheiro Gandra**, ressalta que tudo se deu em razão do enquadramento das vagas. Tem duas categorias que estão no decreto. Não é correto que o que o texto referido esteja em uma portaria. **Em regime de votação**: PROPOSTAS: 1) altera o decreto para ampliar a composição; 2) não altera o decreto. **Conselheiro Celito**: ressalta que não tem necessidade de ir a plenário. **Conselheira Rosemeire** questiona se vota ou não. **Conselheiro Marcos** só uma questão de ordem; quais as questões que permitem a abertura do regime de votação; tem uma proposta de Renato e uma que altera; a meu ver a de Renato é anterior; isso fica como um compromisso para a próxima composição; se a de Renato é primeira; não é uma composição; Renato não falou isso **Conselheiro Tião** isso não é uma recomendação, é uma proposta; ou se reconhece como uma proposta e coloca em votação; não existe isso de não votar; estamos aqui para votar e não vamos abrir mão no que nós vamos fazer aqui **Conselheira Rosimeire** Em regime de votação: Pela Alteração: federação do Policiais federais, COBRAPOL, CMP, Sindicato dos Policiais Federais, papiloscopistas (nulo), Conselho Nacional Comandantes de Guardas Municipais Pela Não altera Fórum Nacional de Segurança Pública, Rede Desarma, Rede f4, OAB, SEDH, Viva Rio, Sou da Paz, São Paulo contra a violência, RENAESP, Grande Oriente, Conselho Penitenciário, FENAPRF, AME, ANASPRA, FENEME, Federação Nacional de Peritos Criminais (nulo), médicos legistas (nulo), fórum de ouvidores, SEDH, CNSP, CNSG, CNCDP, frente de prefeitos, Associação dos Delegados Polícia Federal, abstenção. quatro votos pela mudança, 19 Pela não alteração do Decreto. **Conselheiro Gonzaga** – fiz um encaminhamento que qualquer que fosse o resultado, o posicionamento da defensoria e ouvidoria; queria que fosse colocado em votação **Conselheira Rosimeire** a proposta de Gonzaga; com esse resultado é de não alterar a composição, excluiu do grupo de trabalhadores e que viessem para o grupo de gestores; isso é para a Secretaria Executiva resolver; qual é a dificuldade; excluindo a defensoria e ouvidoria, eles vem para o segmento que é indicação do ministro; não é excluindo, mas é tentando colocar a defensoria e ouvidoria no locus certo; temos que ter o posicionamento da senhora **Regina Miki** a alteração proposta pode ser realizada com a inclusão dos quesitos para a candidatura. **Conselheira Rosimeire** passa a palavra para **Conselheiro Tião** para apresentar o GT articulação grupo ter uma boa discussão. Apresentação:

GT – ARTICULAÇÃO - Tião

Ações realizadas

-  Finalização e divulgação do Guia Orientador de Audiências Públicas e Consultas Livres.

- ▶ 1ª Consulta Livre já realizada em Porto Alegre, durante Fórum Social Mundial em 27/jan (relatório recebido).
- ▶ Indicativo de mais Consultas livres em Porto Alegre (Grupo de Pesquisa UFRGS) e no Rio de Janeiro (Complexo da Maré).
- ▶ Cancelamento da reunião de planejamento do dia 15/jan (em razão da utilização do duodécimo sem orçamento 2010).

Expectativas

Garantir Audiências públicas em:

- ▶ Goiânia (GO): 26/fev
- ▶ Vitória (ES): com o Fórum Capixaba de Segurança Pública
- ▶ São Paulo (SP): durante o IV Encontro do FBSP
- ▶ Rio de Janeiro (RJ): 10/mar
- ▶ Belém (PA): 18/mar
- ▶ Santa Catarina (a definir cidade e data)
- ▶ João Pessoa (PB): 26/mar

Envolver conselheiros dos outros GTs

Ao final fez apelo para que todos os conselheiros se envolvam no processo de mobilização. **Conselheira Simone**, informa que imaginando que não haveria verba pública já foram feitas algumas articulações. Pede aos conselheiros que se envolvam no processo de articulação. Ressalta que, como acredito muito neste conselho, que é um espaço das baixas patentes serem ouvidas, é por isso que estão se envolvemos tanto no processo. (ver texto da Simone com Fabio) não houve limitação no número de participantes, crê que seja em torno de 200 pessoas. Como a conferência é da região centro oeste, gostaria que os conselheiros dos demais estados e em especial do DF, participem do evento. Pede que os conselheiros se habilitem como facilitadores nos GTS da conferência pública. **Conselheira Rosimeire** convida para exposição o **Conselheiro cel Sá Ribas** para apresentar o resultado do trabalho de ontem. **Conselheiro Cel Sá Ribas** Inicia fazendo um resgate do que foi deliberado na reunião anterior. **Conselheira Rosemeire** destaca que o grupo entende que o papel do grupo de dar uma cara ao que o conselho está realizando. solicitou a secretaria executiva que o GT tenha um espaço na próxima reunião para apresentação dos temas. Tem que apresentar os grandes temas. **Conselheiro Everardo** informa que o grupo provocou a mudança de pauta e que ficaram ontem até às 20 horas discutindo e provocaram os segmentos para se reunirem. Colocamos em um debate aberto. Convida o conselheiro Marcos fazer um relato do que pactuamos e o que o grupo colocou em um debate aberto a todos. **Conselheiro Marcos Costa** destaca que em relação ao GT eleições há que se fez-se um levantamento das eleições e a partir daí foi iniciado um

processo de discussão deste processo alguns pontos foram consensuados. O que ficou definido em relação a proposta da secretaria executiva, restou uma dúvida e se a entidade que compõe a comissão eleitoral seria impedida de se candidatar. A comissão seria composta por 05 membros, sendo um indicado pelo ministro, (o presidente) e quatro pelo conselho. Ficou consensuado que a entidade poderá fazer parte da comissão e se candidatar. O trabalho formal de avaliação das entidades será realizado pela secretaria executiva. A secretaria executiva fará a análise e encaminhará a relação à comissão eleitoral, que será a última instância para recursos. Houve um consenso. Por volta do dia 15 de março será encaminhando por rede aos membros, o texto base para início das discussões, o edital é a base do processo eleitoral. houve também discussões que avançaram sobre os critérios para reconhecimento de uma entidade da sociedade civil. os critérios objetivos servirão para embasar a decisão do colégio eleitoral que avaliará se não podem ensejar mandados de segurança. Em relação ao edital ouve um avanço e uma desconstrução de algumas questões. Afirma que foi Trabalhada uma data com Guilherme para que se pudesse encaminhar o texto ao conselho. **Regina Miki** afirma que precisa saber o dia em que o grupo irá se reunir para definir a parte administrativa. **Conselheiro Marcos**, no início de março. **Regina Miki**, afirma que o chamamento das entidades precederia o edital, o chamamento tem que ser posterior ao edital, sob pena de parecer casuísmo. **Conselheiro Marcos** esclarece em relação a duvida de Regina, o processo eleitoral é dividido em duas fases, uma de registro e outra para que as entidades se candidatem. Tudo será definido no edital e as ações serão posteriores ao edital. **Conselheiro Gonzaga** as consultas públicas devem contribuir para o edital, sugere que se tenha o encaminhamento dos relatórios para o coordenador ou para o relator. **Regina Miki**, ressalta que quem exercerá as funções de relatoria será o próprio GT, e é plenamente possível. **Conselheira Melina** afirma que está preocupada com o processo e com o que deve ser considerado na confecção do edital, entende que uma semana não é possível para analisar todas as sugestões. O processo tem que influenciar efetivamente o edital. Se for definido que na próxima reunião já tiver que ser aprovado o edital, talvez seja o caso de se antecipar a reunião. **Regina Miki**, levanta a questão do congresso, não sabe se tem condições pelo cronograma. Se é possível mudar a reunião para um dia antes do congresso para que seja discutido o edital. **Conselheira Melina** nessa proposta não contempla **Conselheiro Cel Melo** lembra que o conselho tem que escolher os nove representantes da delegação do governo. **Regina Miki** vamos resolver entre os dias 16 e 17. **Conselheiro Tião** questiona se

as diárias serão pagas para todos os dias para os conselheiros. **Regina Miki** informa os conselheiros que comporão a delegação do governo terão tudo pago, os demais só terão pagos os dias da reunião do conselho. **Conselheiro Luiz Alberto** ressalta que se este projeto for avante, estará sendo cassada a participação dos nove no conselho, considera que deve ser feito ao final do congresso ou no início, garantindo a participação de todos os conselheiros. **Conselheiro Gonzaga** ressalta que, na contramão das propostas não é razoável pensar que todos os conselheiros passaram uma semana por conta do CONASP. Sugere que se deva fazer a reunião nos dias 22 e 23 abril. **Regina Miki**, afirma que se tem tempo então concorda. **Conselheiro Tião** se o Ministério da Justiça for pagar, vale a pena fazer a reunião nos dias 19 e 20, porque todos estão lá se não 22 e 23. **Regina Miki**, afirma que não acredita que a SENASP banque uma semana em Salvador para 50 pessoas. Ressalta que trabalharia com a hipótese defendida pelo **Conselheiro Gonzaga**, jogando para o dia 22 o edital sairia melhor avaliado e com maior rigor. Pois, esta não é uma despesa barata. **Conselheira Rosemeire** há consenso no sentido de que a próxima reunião seja realizada nos dias 22 e 23 de abril em Brasília. **Conselheira Raquel** minha fala não está não afeta as datas, gostaria de reiterar o compromisso político de incorporar o resultado das consultas no processo. Faltou o registro da preocupação do desmonte da secretaria executiva. É imprescindível que haja a manutenção dos servidores e a indicação de novos membros para substituir os que saíram. **Conselheira Rosimere** solicita a inclusão na pauta de uma apresentação da pesquisadora Luciane Patrício sobre as pesquisas em andamento. Solicita o envio via e-mail da relação dos projetos legislativos em andamento para todos os conselheiros. Transcrição da declaração de voto do conselheiro Marcilio:

“ 3ª Reunião Ordinária do CONASP

DECLARAÇÃO DE VOTO

E
ste Conselheiro titular, representante da ANADEP, vota a favor da alteração do Decreto 6.950/2009, em razão da incompatibilidade da oposição da participação dos Defensores Públicos no CONASP, o que ocorre desde a CONSEG, o que sempre foi alvo de manifestação durante as reuniões da CON (Comissão Organizadora Nacional) pelo representante da ANADEP e pela representante do CONDEGE (Conselho Nacional de Defensores Públicos

Gerais), que participava na qualidade de convidada. Durante a CONSEG, embora a Associação Nacional dos Defensores Públicos representasse os trabalhadores, os Defensores Públicos dos estados não puderam participar do processo de eleição nas etapas eletivas. No entanto, cada estado indicou 1 Defensor Público para participar da etapa nacional na qualidade de gestor. Assim, a participação foi incongruente, em razão da participação na CON na qualidade de trabalhador e da participação na CONSEG na qualidade de gestor/demais poderes.

N
o Decreto 6.950/2009 foi mantida a proporcionalidade da CON, com a mesma quantidade de participantes.

O papel da Defensoria Pública na questão da segurança pública, como é de sabença, não é o de fim, mas de prevenção à violência, nas suas mais variadas formas de atuação como instituição a quem incumbe, como expressão e instrumento do regime democrático, a promoção dos direitos humanos, na forma do art. 1º da lei Complementar nº 80/94, com redação dada pela lei Complementar nº 132 de 7 de outubro de 2009 (conquista também da CONSEG conforme exposição de motivos), além da atuação do sistema penitenciário em favor dos trabalhadores da segurança pública, dos presos e de seus familiares.

A
ssim, da forma como está prevista a composição do CONASP (definitivo), a participação da Defensoria Pública está seriamente ameaçada, em razão de processo de escolha das entidades que deverão integrá-lo enquanto que Ministério Público e Poder Judiciário, que também integram o Sistema de Justiça tanto quanto a Defensoria Pública, têm participação assegurada na qualidade de gestor/demais Poderes.

A
ssim, este conselheiro vota pela alteração do decreto nº 6.950/2009, para que os ajustes necessários sejam feitos, de forma a se resguardar e ampliar a participação da Defensoria Pública no CONASP (definitivo)

B
rasília, 5 de fevereiro de 2010.

**MARCILIO ANDRE DA SILVA VIEIRA
CONSELHEIRO TITULAR
REPRESENTANTE DA ANADEP”**

Antes, questão de ordem conselheiro Marcos Costa. Com relação a quais são os pontos que ainda deverão ser apreciados porque de repente pode ser feita a inversão da ordem. **Regina Miki** – os grupos já apresentaram; agora vamos ler uma moção e um memorando e depois temos que deixar definida a pauta da próxima reunião. **Conselheira Rosemeire** estamos em encaminhamentos e avaliação **Conselheiro Marcos** gostaria de submeter a avaliação do conselho uma moção solicitando a indicação da secretaria Executiva como conselheira. **Conselheira Rosimere** vou seguir nessa linha e depois faremos a leitura da moção, em regime de votação. **Conselheiro Wilmar** quero dizer que em que pese a importância do trabalho das ouvidorias com relação ao ingresso no PRONASCI, todas as propostas foram viabilizadas através de lei. No âmbito das policias civis este trabalho já é realizado pelas corregedorias e as ouvidorias que tem controle sobre isso, seria uma superposição, seja com a ouvidoria das Secretarias de Segurança Pública ou no caso das Polícias Civis tem função específica que já fazem este trabalho. Por isso, crê que não seja o caso de encaminhamento desta proposta. **Conselheira Cibele** O condicionamento do envio dos recursos do PRONASCI, já existe um decreto do presidente condicionando o envio de verbas a existência de ouvidorias, a corregedoria é diferente de ouvidoria, o que está sendo relatado é que a dificuldade de acesso aos dados pela ouvidoria. Também solicita a leitura de uma carta. **Conselheiro Cel Marlon** relata que também seria cobrado. Como esta postado diz que não há controle que impera o descontrole, relata que é corregedor e não recorda de nenhum fato em que foi sonegado um dado. Reafirma que sendo corregedor tem conhecimento que em meu estado existe uma lei determinando a publicação dos casos de letalidade em diário oficial, na minha opinião tem que ser alterado o texto porque ele induz uma falta de controle total. Gandra questiona à proponente se ela tem dados sobre a sonegação, e a policia civil constitucionalmente tem a fiscalização do MP, gostaria dessas informações para formar meu juízo. **Conselheiro Gonzaga** Não vejo essa sonegação. Creio que teremos que analisar Trabalhar a letalidade contra os policiais e ainda as condições dessa letalidade. Quando colocadas apenas estatisticamente ela não relata todos os fatos. Gostaria que não fosse apenas um véis, que as ouvidorias analisassem Também as condições de trabalho do policiais. **Conselheiro Tião** é claro que todos temos consciência que quanto mais transparência e verdade mais nós eliminamos a influência de poder político, no rio em 2008 tivemos 1380 autos de resistências sem considerar os desaparecidos, temos a policia que mais mata e que mais morre, a moção apela para que tenhamos maior transparência possível. A

moção apela para que haja maior transparência. para que haja sensibilidade, transparência, sem interferência política; **Conselheira Cibele** a maioria dos estados não publicam os dados sobre letalidade. Os únicos estados que publicam são São Paulo e Rio de Janeiro. Temos estado em que mesmo com as determinações legais, não fazem a publicação dos dados. O programa atende todos os aspectos em que ocorrem a letalidade. **Conselheiro Claudio** quando se fala de letalidade policial é como se a polícia fosse culpada; não é para jogar a culpa na polícia; há academias que não capacitam o policial para o uso de uma arma; como se o culpado fosse o policial; mas toda vez só culpa o coitado do policial (alguém chama) quando divulga as estatísticas, é como se o policial fosse o culpado, o bandido; policial é vítima; policiais estão morrendo; qualquer moção que se publique baixa a moral da tropa que está na rua; acho que primeiro tem que fazer um estudo de causa e depois fazer a moção; **Conselheiro Gonzaga** a transparência é necessária mas como ela foi feita somente como um pólo, concordo com a tese mas não concordo com o texto. Voto pela transparência mas creio que o texto precisa ser revisto. **Conselheira Cibele** – a minha sugestão não foi pela moção, foi pela carta; a moção foi ideia do Balestreri; a gente lê a carta agora e deixa a moção para outro momento; eu não participei da redação da moção, esse texto me chegou agora **Conselheira Rosimeire**, nós não podemos perder a moção **Conselheira Cibele** gostaria de ler a carta e deixar a moção para outro momento **Rosimeire Gandra, Cel. Mello** junto com **Cibele** para redigir os termos da moção; agora vamos ler a carta **Conselheiro Renato** propõe o fim da reunião após a leitura da carta. **Conselheira Cibele** lê a carta. Transcrição da proposta de Moção:

“MOÇÃO 00 , DE 5 DE FEVEREIRO DE 2010

O Plenário do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), em sua Terceira Reunião Ordinária, realizada nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2010, no uso de suas competências, vem a público através da moção que segue:

Ao Ministério da Justiça,

A conselheira Cibele Kuss relata dificuldades na execução do trabalho das Ouvidorias de Polícia do país no desempenho do controle de letalidade e mortalidade policial.

Sendo assim, o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) solicita o fortalecimento do trabalho de controle da letalidade e mortalidade policial realizados pelas Ouvidorias de Polícia como ação prioritária das Secretárias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal, assim como condicionalidade aos entes federados para liberação de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública - Pronasci.

Plenário do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), em sua Terceira Reunião Ordinária.

Conselheira Rosemeire lê memorando endereçado às Secretaria de Assuntos Legislativos solicitando estudos legislativos; aprovado o conteúdo? (sim). A sociedade civil indica para participar do Congresso da ONU, os Conselheiros: Almir, Tião e Bellintani; O Cel Melo é o único gestor que se candidatou, portanto ele é um dos indicados. A Secretaria Executiva buscará outros candidatos entre os gestores. **Conselheiro Gandra** chama os trabalhadores para reunirem; Os Trabalhadores Indicam os conselheiros Marcos Dias, Simone e Paulo Polone, Agadeilton que os temas do congresso são temas técnicos e os indicados devem se preparar sobre o tema. Que seja um dos critérios para a escolha dos indicados que tenham conhecimento na área. **Conselheira Rosemeri** solicita que os conselheiros indicados tragam subsídios para os demais membros. O Cel Melo encaminhou ofício à SE, apresentando formalmente seu interesse em participar do evento. **Conselheira Rosimerie** informa que o Cel Melo já é um dos indicados. **Conselheira Melina**, faz um apelo pela aprovação do edital da eleição na próxima reunião. **Conselheiro Marcos Costa** defende que a SENASP consiga uma vaga para o grupo que não são de segmentos. **Conselheira Rosimeire**, o Secretário Tuma já se disponibilizou a fazer os ofícios aos órgãos, convidando os conselheiros para participarem do Congresso da ONU. **Conselheiro Marcos Rezende** informa que foi acordado junto à sociedade civil, que como ele já estará em Salvador, não ensejará gastos ao Ministério da Justiça. **Conselheiro Renato** relata que não cabe ao conselho definir esta demanda, cada segmento deve encaminhar, no prazo

de três dias a relação dos indicados e que as questões estão se sobrepondo. Conselheiro Wilmar informa que outros poderes já têm vagas garantidas no congresso, não sendo razoável que o CONASP disponibilize as suas. Pauta projetada na tela. **Conselheira Rosemeire** solicita atenção para a discussão da pauta, já projetada na tela **Conselheira Melina** apresenta proposta de inversão de pauta; que a aprovação do edital seja o segundo ponto de pauta; que se retire do cinco em diante, pois não precisa mobilizar todo mundo em função de uma pauta que a gente não vai dar conta. **Conselheiro Cel Melo** na última reunião fui até meio rude, o sol foi o único que mudou, perdemos um tempo grande discutindo moções, e a aprovação do edital não vamos conseguir concretizar. Concordo que do item 5 para baixo seja suprimido. Eu vejo que temos que pensar em uma pauta realizável. **Cel Edson** estes itens foram avaliados pela secretaria executiva e há possibilidade de ser realizada. Sugiro que deixemos a pauta como está. **Conselheiro Agadeilton** é interessante que haja uma previsão do tempo necessário para cada ponto da pauta, assim poderemos avaliar se o tempo é suficiente ou não. **Conselheira Rosimeire** vamos aprovar a pauta já com a inversão que a Melina com muita sapiência sugeriu; em razão desses dois dias; já sabemos o que vamos discutir; a Secretaria Executiva vai tomar essas providências e fazer essas expectativas de duração; a pauta só é aprovada na reunião. **Conselheira Raquel** o problema do encaminhamento envolve a presença de convidados e não podemos trazer convidados sem ter tempo para ouvi-los. **Conselheira Rosimeire** então fica definido que os convidados serão ouvidos em outra oportunidade **Conselheira Melina** que se registre em ata que na próxima reunião seja seguida a pauta. **Conselheira Rosimeire** declara encerrada a reunião. Antes porém, registra que foi definido que os representantes dos trabalhadores serão os Conselheiros Marcos Dias, Simone e Poloni. **Veronica** convida para o Coffee – Break. O **Conselheiro Wilmar**, afirma que Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil se candidata à vaga de gestores.

LISTA DE PRESENÇA

3ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP					
04 e 05 de fevereiro de 2010 – Brasília/DF					
Conselheiros					
		03		04	
Representante	Instituição	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde

Tarso Genro (presidente)	MJ	-	-	-	-
Ricardo Balestreri (vice-presidente)	MJ	X	X	X	-
Celito Cordioli	ABC	X	X	X	X
Márcio Corrêa Godoy	ABC	-	-	-	-
Antonio Batista de Queiroz	ABML	X	X	X	X
Railton Bezerra de Melo	ABML	-	-	-	-
Benito Augusto Galiani Tiezzi	ADEPOL	-	-	-	-
Gustavo Augusto da Silva Araújo	ADEPOL	-	-	-	-
Luiz Gonzaga Ribeiro	ANASPRA	X	X	X	X
José Florêncio de Melo Irmão	ANASPRA	-	-	-	-
Marcílio Vieira	ANADEP	X	X	X	X
Amélia Soares da Rocha	ANADEP	-	-	-	-
Marcos Leôncio Souza Ribeiro	ADPF	-	-	-	-
Cláudio Bandel Tusco	ADPF	X	X	X	X
Abelmídio de Sá Ribas	AMEBRASIL	X	X	X	X
Edmilson Fonseca	AMEBRASIL	-	-	-	-
Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes	APCF	X	X	X	X
Hélio Buchmüller Lima	APCF	-	-	-	-
Gustavo Ferraz Gominho	CONSESP	X	X	X	X
Valdir Lemos	CONSESP	-	-	-	-
Valmir Lemos de Oliveira	CONSESP	-	-	-	-
Marina Magessi	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados	X	-	X	-
William Woo	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara	-	-	-	-

	dos Deputados				
Jânio Bosco Gandra	COBRAPOL	X	X	X	X
Marcos Antonio Lima da Costa	COBRAPOL	-	-	-	-
Eliete Nascimento Borges	Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil	-	-	-	-
Giovani Eduardo Adriano	Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil	-	-	-	-
Gilson Menezes	Conselho Nacional das Guardas Municipais	X	X	X	X
Altair Daniel Dias	Conselho Nacional das Guardas Municipais	-	-	-	-
Wilmar Costa Braga	CONCPC	X	X	X	X
João Carlos Trindade Lopes	CNCG	-	-	-	-
Celso José Mello	CNCG	X	X	X	X
Luiz Alberto Barbosa	CONIC	X	X	X	X
Carlos Augusto Möller	CONIC	-	-	-	-
Erivaldo Ribeiro dos Santos	CNJ	-	-	-	-
Paulo de Tarso Tamburini	CNJ	-	-	-	-
Geder Luiz Rocha Gomes	CNPCP	-	-	-	-
Ela Wiecko de Castilho	CNPCP	X	X	X	X
Marcos Antônio da Silva Costa	CNMP	X	X	X	X
Leonardo Azeredo Bandarra	CNPG	-	-	-	-
Maria de Lourdes Abreu	CNPG	-	-	-	-
Carlos Lélio Lauria Ferreira	CONSEJ	-	-	-	-
Angelo Roncalli de Ramos Barros	CONSEJ	-	-	-	-
Cláudio Ferreira Gomes	DPF/MJ	X	-	-	X

Pehkx Jones Gomes da Silveira	DPF/MJ	X	X	X	X
Geovana Ferreira de Andrade Alves	DPRF/MJ	-	-	-	-
Ann Elizabeth Chaves Holanda	DPRF/MJ	-	-	-	-
Marlon Jorge Teza	FENEME	X	X	X	X
Abelardo Camilo Bridi	FENEME	X	X	X	X
Paulo Roberto Poloni Barreto	FENAPEF	X	X	X	X
João Valderi de Souza	FENAPEF	-	-	-	-
Fernando Luiz de Azevedo	FENAPRF	-	-	-	-
Marcos Dias dos Santos	FENAPRF	X	X	X	X
Simone de Jesus	FENAPPI	X	X	X	X
Jaqueline Santana Santos	FENAPPI	X	X	X	X
Renato Sérgio de Lima	FBSP	X	X	X	X
Humberto de Azevedo Viana Filho	FBSP	-	-	-	-
Marcos Rezende	FENDH	X	X	X	X
Deise Benedito	FENDH	-	-	-	-
Cibele Kuss	FNOP	X	X	X	X
Geraldo Soares Wanderley	FNOP	-	-	-	-
Hélio de Oliveira Santos	FNP	-	-	-	-
João José Barbosa Sana	FNP	X	X	X	X
Benedito Mariano	GGI-M	X	X	X	X
Pedro Álvares Cabral	GGI-M	-	-	-	-
Almir Laureano dos Santos	GOB	X	X	X	X
Aderaldo Pereira de Oliveira	GOB	-	-	-	-
José Roberto Bellintani	ISPCV	X	X	X	X
Célia Cymbalista	ISPCV	-	-	-	-
Denis Mizne	Instituto Sou da Paz	-	-	-	-
Melina Risso	Instituto Sou da Paz	X	X	X	X
Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova	Ligabom	-	-	-	-
Giovanni Tavares Maciel Filho	Ligabom	-	-	-	-
Airton Michels	MJ	-	-	-	-
Paulo Maurício Teixeira da Costa	MJ	-	-	-	-
Cynthia Maria Pinto da Luz	MNDH	-	-	-	-
Gilson Cardoso	MNDH	-	-	-	-
Amauri Serralvo	OAB	-	-	-	-
Rosemeire Cecilia da Costa	OAB	X	X	X	X
Everardo de Aguiar Lopes	REDE DESARMA	X	X	X	X

	BRASIL				
Suzana Varjão	REDE DESARMA BRASIL	-	-	-	-
Raquel Willadino Braga	REDE F4	X	X	X	X
Celso Athayde	REDE F4	-	-	-	-
José Vicente Tavares dos Santos	RENAESP	-	-	-	-
Kátia de Mello Santos	RENAESP	X	X	X	X
Fermino Fecchio	SEDH/PR	-	-	X	X
Daniel Lerner	SEDH/PR	-	-	-	-
Gerson Luiz de Almeida Silva	Secretaria- Geral da Presidência da República	-	-	-	-
Manoel Messias de Souza Ribeiro	Secretaria- Geral da Presidência da República	X	X	X	X
Helder Antonio Jacoby dos Santos	SINDAPEF	X	X	X	X
Adevilson Fernandes de São José	SINDAPEF	-	-	-	-
Sebastião Correia dos Santos	VIVA RIO	X	X	X	X
Antonio Rangel Torres Bandeira	VIVA RIO	-	-	-	-
Secretaria Executiva					
Regina Miki		X	X	X	X
Edson Araújo Araújo		X	X	X	X
Socorro vasconcelos		X	X	X	X
Veronica Lins		X	X	X	X
Daniel Avelino		X	X	X	X
Guilherme Leonardi		X	X	X	X
Renata Florentino		X	X	X	X
Agnaldo Augusto da Cruz		X	X	X	X
Sady Fauth		X	X	X	X
Fábio Deboni		X	X	X	X
Fernanda dos Anjos		X	X	X	X
Fernando Antunes		X	X	X	X
Denis Alberto					
Cintia Luz					

Marcelo Berbet					
Observadores					
Nome	Instituição	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
Fabio de Sá e Silva	Instituto de Estudos Social Econômicos	X	X	X	X